

Ata da 33ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - CNCD – LGBT

01 de Julho de 2016

Brasília

A 33ª (trigésima terceira) reunião ordinária do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD – LGBT), teve início às nove horas e trinta minutos, do dia primeiro de julho de dois mil e dezesseis, realizada na sala Plenária da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SCS, Quadra, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, Brasília/DF. A reunião foi aberta pelo Presidente do CNCD-LGBT, Paulo Roberto Martins Maldos, Secretário Nacional de Promoção e Defesa de Direitos Humanos, com o informe de que está de saída da Presidência do CNCD-LGBT e que também deverá ser exonerado do seu cargo de Secretário Nacional em decorrência da situação política geral do País que tem como consequência mudanças no governo federal. Informou que, no âmbito da SDH foi produzida uma carta aberta, chamada “Carta Aberta de Direitos Humanos”, com uma análise desse momento, como resgate da história do Brasil. Acrescenta que o Estado foi constituído primeiro pelas elites, conduzindo de forma autoritária a nossa sociedade, que forjaram um Estado voltado para fora para contemplar as necessidades dos grandes poderes: Portugal, Espanha Inglaterra. Em cada histórica sempre voltada a contemplar as elites externas e internas. Nunca se constituiu um Estado democrático. Desde o início sempre foi marcado pela violência. A Prova mais cabal é a escravidão que, praticamente, sobreviveu até o fim do século XIX, porém na prática até metade do século XX. Pela falta de regulamentação, praticamente, até metade do século passado, o trabalho escravo era uma grande realidade nacional e o ultimo resquício, talvez, tenha sido a regulamentação do trabalho da empregada doméstica há pouquíssimos meses. Então, o nosso ponto de vista é que a nossa sociedade foi constituída assim: nosso Estado voltado para contemplar as exigências, desejos privilégios das elites externas e internas e sempre que o povo extrapolava o que era autorizado vinha um golpe, até a última ditadura que teve a tortura como centro do sistema político. Houve milhares de presos políticos e presas políticas; centenas de assassinatos e desaparecidos. Foi o povo que derrubou essa ditadura e no embalo mobilizou toda a sociedade para a realização da constituinte: povo entrando de carrinho de pedreiro com um milhão de abaixo assinados, exigindo direitos serem contemplados na Constituição. Foi o povo mobilizado que redigiu essa Constituição, chamada cidadã e depois continuou participando nos diversos espaços de participação social, nos diversos governos. Aqui a

gente não vai priorizar nenhum governo, mas todos governos contaram com forte parceria da sociedade nacional organizada: organizações não governamentais (ONG), movimentos sociais e aí se inscreve também a luta LGBT muito contemporânea e muito recente que vem ocupando os espaços, conquistando direitos, conquistando reconhecimento. Falta muito a conquistar, mas a luta LGBT tem uma importância especial nessa construção democrática que, cada vez mais, se afirma como a luta de vanguarda, uma luta das mais generosas de não olhar apenas para suas demandas, suas questões, mas para de todas e todos. Eu só vou ler o final da nossa carta para que vocês tenham uma ideia do nosso posicionamento é uma página e meia. A Vice- Presidenta do CNCD – LGBT Roselaine Dias diz achar importante a leitura para que fique registrada na história do Conselho. Paulo Maldos agrade e lê uma parte da Carta Aberta: “Carta aberta Direitos Humanos em luto contra o golpe, O Brasil foi constituído historicamente com as marcas da violência colonial: o genocídio indígena, a escravidão, a desigualdade e a exclusão social, a submissão à metrópole portuguesa e ao império britânico. Este padrão histórico fez de nosso país um dos mais desiguais e injustos do mundo; fez de nossas elites uma das mais cruéis e predadoras; fez de nosso povo um dos mais explorados e excluídos. Neste sentido, a República e a democracia foram aqui constituídas de costas para a sociedade e golpeadas por ditaduras sempre que, ao ver das elites, excediam os limites por elas impostos. Esta realidade foi vivida de maneira trágica durante a última ditadura militar, de 1964 a 1985, quando a tortura foi o centro do sistema político; centenas de cidadãos e cidadãs foram assassinados e desaparecidos; milhares foram presos, torturados e exilados. O crescimento econômico no período deu-se com base no arrocho salarial, na exclusão social e na exploração do trabalho escravo nas áreas rurais e urbanas. Nosso povo não tardou em reagir: a partir das lutas no campo; das greves operárias; das manifestações dos estudantes; dos movimentos das mulheres; do movimento negro e das periferias urbanas, o povo brasileiro derrotou a ditadura e restaurou a democracia. A partir desta intensa experiência de participação social, o povo tornou-se um sujeito ativo na elaboração da Constituição de 1988, criando as bases de uma nova democracia, na qual os Direitos Humanos foram reconhecidos e políticas públicas definidas de maneira inovadora. Sobre tais alicerces constitucionais, os governos que se seguiram foram beneficiados por ampla parceria com a sociedade civil organizada, na construção de sistemas inclusivos de políticas públicas, democratizantes e indutoras de justiça social. Este processo político foi acelerado e aprofundado nos governos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da Presidenta Dilma Vana Rousseff, período que vem conhecendo a ascensão social de mais de 40 milhões de famílias; a redução das desigualdades sociais e regionais; a democratização da saúde e da educação; o reconhecimento da nossa vasta diversidade étnico-racial, territorial e cultural; a superação da fome e da miséria; a construção de políticas públicas para mulheres; para a população LGBT; para crianças e adolescentes e para as pessoas com deficiência e a inclusão social de populações vulneráveis e historicamente

excluídas. No âmbito externo, os governos Lula e Dilma se pautaram pela soberania e pela independência na construção de novos espaços de cooperação internacional, na América Latina, na África e no mundo todo. O povo brasileiro vem, pois, há décadas, construindo uma nova sociedade mais inclusiva e mais solidária, superando a antiga, de matriz injusta e excludente. A reeleição da Presidenta Dilma, em 2014, revelou que as elites não suportaram mais o caminho de deixarmos de ser uma democracia declaratória para sermos uma democracia substantiva; de deixarmos de ser uma democracia representativa para sermos também uma democracia participativa. Para as elites, era urgente voltar à velha ordem; era necessário voltar à matriz colonial. Passaram, então, a conspirar às escondidas e à luz do dia, em segmentos dos três poderes e com amplo suporte dos meios de comunicação. Para a consecução deste golpe de novo tipo foi estabelecido um timing e um rigoroso planejamento, seguido à risca até agora pelos participantes – implacáveis na sua execução – utilizando-se de uma narrativa fraudulenta para justificar-se, como, aliás, o fizeram todos os golpistas ao longo de nossa história. O governo interino ocupa-se, a cada dia, e com urgência vingativa, de suprimir direitos e eliminar políticas públicas; de reorientar a recente inclusão social para a antiga exclusão; de concentrar a terra e permitir sua venda aos estrangeiros; de entregar nosso petróleo aos grandes grupos econômicos; de esvaziar o conceito de trabalho escravo; de reconduzir os setores e militantes populares à invisibilidade e à criminalização. No âmbito externo, a soberania volta rapidamente a transmudar-se em obediência aos poderes globais. Estamos voltando, assim, a ter um Estado a serviço exclusivo das elites: uma ferramenta novamente dedicada a anular os Direitos Humanos e a promover a desigualdade. Está sendo implementada a decisão tomada de voltarmos, de maneira programada, para a velha matriz colonial. Um Brasil, novamente colonizado e injusto com seu próprio povo, está sendo reconstituído e projetado para o futuro. Neste contexto, uma secretaria de Direitos Humanos não pode passar de uma instituição feita para iludir e enganar a sociedade civil nacional e internacional – e para legitimar a barbárie. As elites estão golpeando, mais uma vez, nossa democracia e, com ela, os sonhos de gerações por um país menos injusto. No lugar da busca da igualdade, reinstala-se a velha ordem, baseada no egoísmo de classe como programa de governo. Apesar de tudo afirmamos, fazendo coro com os múltiplos setores democráticos e populares, que na forma de milhares de cidadãos e cidadãos tomam as ruas de nosso país, insurgindo-se contra este retrocesso brutal: “Não vai ter golpe, vai ter luta” Brasília seis de Junho de 2016”. Paulo Maldos agradece as manifestações do Pleno e afirma estar em bastante sintonia com os Conselheiros e Conselheiras. Acrescenta que o processo interno de mudança e as pessoas que estão assumindo a direção da SDH, como indivíduos, são pessoas que tem trajetórias ligadas aos Direitos Humanos. Outra questão para compartilhar é que se percebe que esse governo que se instala está com muita necessidade de legitimidade. Então, é possível que aconteça gestos em busca de diálogos ou coisa assim, dada a carência de legitimidade extremamente

forte, sem legitimidade alguma nacional e internacional. Internacionalmente, pelos relatos que a gente tem de companheiros de fora não existe um País no mundo que reconheça esse governo. O único Chanceler que veio aqui foi o do Paraguai e que marcou uma audiência com o Chanceler atual e às onze da manhã de um dia e não chegava e ligaram e estava dormindo. Foi o único contato da nossa diplomacia com a diplomacia internacional. Além disso, não veio para a conversa no Itamaraty e nem no almoço que estava programado: Ou seja: uma carência de legitimidade interna e externa absoluta então pode ser que vocês sejam abordados com insistência na busca de uma legitimidade. Fica, como um desafio muito importante: a necessidade de se preservar o que foi conquistado até agora e pelo contrário avançar nesse contexto. Apesar de toda diversidade, procurar avançar dado essa situação atual, essa carência de legitimidade e esse constrangimento que está havendo a nível nacional, que se considera de golpe. E, pensando principalmente nos segmentos mais vulneráveis da agenda LGBT, pensando nos assassinatos que continuam ocorrendo das pessoas Trans dos Travestis, pensando nas agressões de Gays e outras letrinhas que sofrem cotidianamente nos grandes centros, sofrem nas periferias, sofrem nas delegacias, é pensando nessa população é que não se pode abrir mão do que foi conquistado. Deve ter um diálogo intenso que seja de garantia que nenhum direito seja reduzido, pelo contrário que se avance. A base no Congresso ela é brutal; ela é resquício representativo dessa postura Colonial antiga que é intolerante. Portanto, é um grande desafio fazer essa pauta ser preservada, ao mesmo tempo que ainda avançar nesse contexto, dialogando com os indivíduos que estão aqui que tem uma trajetória de luta, de alinhamento com os Direitos Humanos. E, por fim, continuar com esperança de que a Democracia vai voltar através da reconstituição da nossa Presidenta. Continua-se nesse esforço e se tem um longo período pela frente. Ontem, foi feito um novo cronograma para o debate sobre o impeachment. Ela [a Presidenta Dilma] está apenas afastada. Esse governo é interino e, segundo o novo cronograma, a votação final vai ser entre vinte e cinco e vinte e sete de agosto. Há praticamente dois meses de luta para se provar para a sociedade brasileira o que já está fartamente provado que a inocência dela [a Presidenta Dilma] de qualquer crime, pelo contrário, os criminosos estão em muitos lugares do poder atual e a tem-se inclusive que, fazer uma pequena propaganda, uma campanha que está sendo realizada por duas amigas da Presidenta duas, colegas de prisão e que foram torturadas juntas, ficaram presas em São Paulo. Essas duas amigas se solidarizaram e criaram uma conta que vai permitir a ela [a Presidenta Dilma] viajar pelo País tendo contato com os movimentos sociais, com a população brasileira, já que o Presidente interino proibiu que ela [a Presidenta Dilma] viajasse. Apenas permitiu que os voos da FAB deslocassem a Presidenta de Brasília para Porto Alegre. Então, essas duas amigas Guiomar e Celeste, duas Senhoras que gravaram um vídeo de apresentação do Projeto dizendo: quando a gente é torturada junta, vive a prisão junto a gente cria um vínculo que jamais perde. Elas abriram uma conta para que as pessoas

possam depositar dez reais (R\$ 10,00), vinte reais (R\$ 20,00) que vai acumulando e permitir que ela se desloque pelo País é uma conta na empresa chamada *Catarse Crowdfunding*, a vaquinha eletrônica que é catarse.me/dilma. Quando elas acertaram com o Catarse colocaram como meta conseguir quinhentos mil reais (R\$ 500,00) até agosto, que permitiria todo deslocamento da Presidenta. Hoje, pela manhã, antes de vir para cá eu olhei o site do Catarse e está quatrocentos e sessenta mil reais (R\$ 460.000,00) em dois dias. Em dois dias essa meta vai ser cumprida. Isso é um recorde absoluto em *Crowdfunding* no Brasil e no mundo todo. Desde que existe Crowdfunding nunca aconteceu um negócio desses: em dois dias cem por cento (100%) da meta ser cumprida. Daí, vai se reestabelecer nova meta para permitir que ela viaje mais ainda. Paulo Maldos se despede da Presidência do Conselho Nacional LGBT agradecendo pelo aprendizado aprendi e deseja também uma boa luta. Acrescenta que irá participar de uma chapa do Conselho Federal de Psicologia. A eleição será em agosto. É uma chapa vinculadas à corrente da Psicologia que fez o enfrentamento contra a questão da clínica, da cura Gay e dessas imbecilidades todas. Essa chapa ganhando a pauta LGBT será colocada como pauta prioritária. Paulo Maldos parabeniza os Conselheiros e as Conselheiras pela luta. Roselaine Dias cumprimenta o Pleno do CNCD/LGBT, saudando os Conselheiros e Conselheiras governamentais que são de vínculo de carreira e que tem construção na política pública e que estiveram presentes na reunião com compromisso com a pauta e que estiveram ontem presentes pras organizações das Câmaras Técnicas. Há uma composição da sociedade civil nesse Conselho que tem nítida a importância da participação da representação governamental com referencial de carreira pública no exercício da instância federal pra continuidade do que se busca ou da nossa busca em políticas públicas pra população LGBT. Roselaine também saúda os companheiros e companheiras de lutas do movimento LGBT, constituído e representado no Conselho Nacional. Tem-se enfrentado esse momento com muita lucidez, com muita capacidade de interlocução, apesar dos tensionamentos. Roselaine faz à algumas definições que o CNCD/LGBT vem cumprindo, como composição de gestão da sociedade civil, desde o último dia da Conferência Nacional de Direitos Humanos quando realizada uma reunião da sociedade civil pra definir a atuação dos Conselheiros e das Conselheiras: a primeira definição era se continuaríamos o mandato dessa gestão se continuaríamos o exercício dessa gestão se houvesse o golpe e a compreensão dos Conselheiros e Conselheiras presentes na reunião e que estão presentes aqui hoje é de que tem-se que cumprir a gestão até dois mil e dezessete (2017), setembro de dois mil e dezessete (2017), quando se completará o biênio de posse dessa gestão, cumprindo o papel do Conselho Nacional que é o de controle social: ações deliberativas das proposições. O CNCD/LGBT entende que essa é a forma, nesse momento golpista e nesse momento de uma intervenção no Estado ou no Estado Democrático. Acrescenta que o movimento LGBT estar muito atento a todos os passos. Essa reunião de hoje é resultado de uma atuação direta do exercício de vice-presidência, com a corroboração da Coordenação

do Conselho, no sentido da compreensão de que esse Conselho tem que cumprir o que o regimento impõe. E, o regimento impõe que houvesse a reunião em junho. O Pleno, nos últimos quinze dias, foi bem tensionado: Conselheiros que não conseguiram chegar em função de problemas de pendência. Mas todos e todas receberam o seu acesso de deslocamento a sua condição pra estar aqui. Outra definição foi a de que este Conselho só vai dialogar nesse momento de intervenção com a instância da Secretaria de Direitos Humanos. Roselaine informa que a Reunião da Mesa Diretora recebeu uma visita inesperada que foi a chegada de uma representação do Ministério da Justiça, sem comunicado oficial, sem solicitação de momento de reunião, como é de praxe. A visita foi recebida, mas a posição do CNCD/LGBT é muito nítida nesse momento: que é a compreensão de que a pauta da população de Lésbicas, Bissexuais, de Gays, Travestis, Transexuais e Intersex, toda nossa população que não está relacionada com a posição da heteronormatividade, não se inter-relaciona no espaço da justiça e da segurança pública, e sim tramita pelo contexto do exercício de Direitos Humanos, numa perspectiva específica e única para os Direitos Humanos. O CNCD/LGBT compreende que há nuances e inter-relações em políticas públicas que não perpassam pela dureza dos mecanismos da justiça e da segurança pública. É nessa perspectiva, e, é importante que os Conselheiros governamentais tenham nítido, que o movimento social deste CNCD/LGBT não estará em agendas oficiais e representação públicas com/junto com o Ministério da Justiça. A vice-presidenta informou que foi convidada para uma reunião com o Secretário Adjunto. A Mesa Diretora também tem posição de que não vai fazer essas agendas. E aí essa função de compromisso está sob minha responsabilidade, como representação da sociedade civil. Esteve presente nessa reunião a coordenação do CNCD/LGBT, a Vice-Presidenta Roselaine. Essa reunião teve um propósito específico de discutir políticas públicas. Não foi uma reunião de diálogo de parceria. Foi uma reunião de diálogo de qual será a atuação, bem como será a intervenção do CNCD/LGBT nesse governo golpista, deixando bem nítido o posicionamento ideológico e a postura de que os movimentos sociais do CNCD/LGBT não irá dialogar com o Ministério da Justiça. A outra definição tomada pela composição da sociedade civil ontem no diálogo das reuniões das Câmaras Técnicas é de que esta gestão do CNCD/LGBT (gestão do Presidente e da Vice-Presidência) vai até setembro de dois mil e dezessetes (2017), conforme o regimento: ao completar um ano de gestão troca-se o mandato: ou seja, troca-se os papéis de presidência e vice-presidência. Um ano governo, um ano sociedade civil. A definição do CNCD/LGBT é de que a sociedade civil não assumirá a presidência interina nesse governo golpista. Com a saída do Presidente Paulo Maldos publicizada, a sociedade civil não vai assumir papel de presidência interina nesse momento de intervenção. Roselaine anuncia que a Sociedade Civil aguardará até setembro de dois mil e dezesseis (2016) para cumprir o regimento. Em setembro também será realizada a recondução da mesa diretora. Logo, se os representantes governamentais não assumirem a Presidência, a Vice-Presidência estará respondendo como

Vice-Presidência e não como Presidência Interina. Roselaine informa que o Secretário-Adjunto, Embaixador Silvio Albuquerque solicitou um momento pra estar no Pleno. Porque é um momento muito delicado e para que todas as representações governamentais tenham tranquilidade na participação desse Conselho às definições têm sido tomadas, em cunho político e para a apresentação no Pleno com a sociedade civil. A Vice Presidenta, Roselaine Dias diz não reconhecer esse governo. O CNCD/LGBT fez uma nota, que foi apresentada no dia vinte e oito de junho (28 de junho) pela passagem do dia internacional do Orgulho LGBT para circular entre os Conselheiros governamentais. Essa nota explicita posição da Sociedade Civil; explicita o comprometimento de integrar a gestão, fiscalização da política pública LGBT no Brasil que é da responsabilidade do CNCD/LGBT, mas não reconhecendo esse governo. Roselaine avisa que têm a nota com ela e pode disponibilizar para quem desejar lê-la. A Vice Presidenta Roselaine abre a palavra para que cada Conselheiro/a possa se manifestar, tecer considerações. Estavam inscritos os/as seguintes Conselheiros/as: Liliane do Conselho Federal de Serviço Social, Léo Mendes ARTGAY Gil Santos CMP; Marcelle ABL. Conselheira Liliane faz uso da sua palavra: Bom dia, Conselheira Liliane do CFESS, bom quero iniciar dizendo nesse Plenário, sobre o afastamento da companheira Marylucia. Todos nós vimos acompanhando a situação da saúde dela. Nós, que somos militantes, temos o entendimento que o agravo da saúde, ele se dá por diversos fatores das condições de vida, da própria militância, enfim. E nesse momento, a entidade (CFESS) entendeu e decidiu pela condução desse afastamento. Ainda não há uma determinação de como será a suplência e a titularidade. Ficarei como titular, por ser suplente, e assim que o CFESS tiver, o Pleno será informado. Com relação as falas que foram feitas, eu quero dizer que a posição do CFESS vai ser a de continuar fazendo um controle social intransigente. Essa é a nossa característica e a nossa história, dentro dos controles sociais ao qual nós fazemos parte. Queria dizer que, sem dúvida, o nosso processo histórico no País traz marcas e determinações à forma como nós vivemos hoje, estabelecemos a nossa sociedade. E dizer também que tivemos sim avanços. Os próprios espaços de controle social, mas também que tivemos retrocessos. Dizer que nesses governos também tivemos muito lucro pro capital financeiro e estrangeiro. E então fazer essa fala eu acho que também se faz necessário, que a história ela não é tão linear. Então, eu acho que é dizer que a gente está em luta, que a gente também não reconhece a legitimidade desse governo, mas dizer que a história não é tão linear, obrigada. A Vice Presidenta Roselaine Dias passa a palavra para o Conselheiro Léo Mendes. O Conselheiro faz uso da palavra: Então, primeiramente fora Temer, segundamente volta querida, terceiramente nós tivemos uma pesquisa na Parada de São Paulo, que é a maior do mundo e que traz LGBT de todo o País aonde 92 % dos participantes disseram que não reconhece o governo Temer. Então, isso nos auxilia, nos orienta enquanto Instituição Nacional LGBT a ter o respaldo da base para dizer que este governo não representa a nossa comunidade LGBT. E, mais do que isso, não representa a sociedade brasileira no País, governos biônicos nunca

representaram a sociedade brasileira. É muito fácil reunir quinhentos empresários com passagem paga pelo dinheiro público dentro do Palácio e dizer que quinhentos empresários estão apoiando esse governo ilegítimo. A sociedade brasileira não é feita de quinhentos empresários: ela é feita de pessoas que levantam às cinco da manhã e muitas vezes dormem às dez da noite; que trabalham nesse País de trabalhadores e trabalhadoras; e desempregados que vão atrás de emprego e o interino golpista não teve até agora a ousadia de vir até as ruas para conversar com um brasileiro ou brasileira. Ele esteve no final de semana no Estado de Goiás numa fazenda privada numa festa de um Senador que ele está comprando para votar a favor do impeachment aonde tinha lá oitenta convidados registrados e que na hora dele pegar na mão apareceram doze dos oitenta convidados para pegar na mão dele. Então, como que um homem desse pode dizer que preside um País com duzentos milhões de habitantes? Não tem a mínima condição. E mais do que isso: o Ministro da Educação que resolve trazer o Frota para falar qual deve ser o norte da educação brasileira. Ontem nós recebemos a notícia de que a Miss Roraima foi escolhida pra Secretaria de Gestão Participativa deste governo. E que para a Juventude vem um cara que espanca mulher e outro é acusado de Lava-Jato. Você vai no outro lugar o outro é ligado ao PCC você vai para outro canto. Então, você não tem pra onde ir nesse governo. Não tem aonde você dialogar; não tem aonde você conversar; não tem pessoas sérias com quem você pode conversar e minimamente discutir um projeto para o Brasil. Então, isso não é uma ponte é um precipício é um precipício que estamos criando no Brasil. E mais do que isso é um governo que veio com o apoio da Direita do Congresso Nacional e o Cunha como mentor intelectual porque nada é feito nesse governo que não tenha a mão do Cunha. E mais do que isso, ontem o PSDB resolveu que não vai pedir a cassação do Cunha então em que tempo estamos vivendo nesse País? Aonde o bandido confesso com a esposa gastadora de dinheiro público estão soltos no País; com um Juiz hipócrita em Curitiba fingindo que nada está acontecendo no País e com ódio mortal de um Partido que gerencia o País há alguns anos, então nós não nos calamos. A pauta LGBT é uma pauta. Quando as pessoas me perguntar: vocês não vão largar o Conselho LGBT? Eu respondi: olha eu aprendi na AIDS que a gente lida com vidas. Que a minha ausência na luta contra a AIDS acarreta mortes de pessoas por AIDS e a minha ausência na luta LGBT acarreta suicídio e morte de LGBT nesse País. Eu não me dou o direito de tirar férias; não me dou o direito de acordar tarde; não me dou o direito de não participar da luta vinte e quatro horas nesse País; e não me dou o direito de sair do controle social. Agora, o controle social que nós vamos fazer daqui até o dia da votação do impeachment é um controle social de não negociar nossa pauta, não negociamos. Vamos denunciar; vamos fiscalizar; vamos ficar de olho; e já estamos denunciando. Estamos denunciando o fechamento do Ministério dos Direitos Humanos que é um retrocesso. Estamos denunciando doze milhões (R\$ 12.000.000,00) dessa Secretaria que foi parar lá dentro do Gabinete para trazer quinhentos empresários pra dizer que apoia ele, que era

dinheiro pra Centro de Referência; que era dinheiro pra tocar a luta de Direitos Humanos. Estamos denunciando que, até hoje, estão patinando e não estão encontrando, entre os golpistas, uma pessoa para assumir a coordenação LGBT aqui do Governo Federal. Estamos denunciando que a pauta LGBT está parada desde o dia que esse governo entrou. Está parada e, mais do que isso, a bancada golpista que é formada pela bala, que é formada por evangélicos, que é formada pra gente dos piores tipos, ela está lá dentro com a pauta de votação com mais de vinte e cinco projetos (25) que acaba com os direitos civis de LGBT no País, inclusive o último Decreto da Presidenta Dilma que teve uma força enorme do Paulo Maldos da Katia e desse Conselho que garante as Travestis e Transexuais o nome social dentro do Governo Federal. Então, tudo isso está sendo perdido e nós não vamos parar de denunciar aqui nas instâncias internacionais. Está chegando aí um Perito da ONU pra averiguar como está a situação da violência LGBT e quando me entrevistar eu vou dizer a primeira violência foi retirar a Democracia do Brasil. A primeira violência foi tirar uma Presidenta que eu votei que ganhou duas vezes a eleição no primeiro e segundo turno, mas que as pessoas se acharam no direito de comprar Deputados, comprar Senador e tirá-la do poder e sem nenhuma acusação de crime porque até o próprio PMDB está reconhecendo através da sua líder que ela não cometeu pedalada. Outros estão dizendo que tiraram porque não estava gostando do governo não tinha popularidade. Ora, a última pesquisa do IBOPE, hoje, diz que o Temer é rejeitado por 87% dos brasileiros. Tem 13% do apoio. Então, se o motivo era retirá-la pela falta de popularidade, esse daqui não deveria nem assumir e não assumindo quem assume? o Presidente da Câmara. E quem é o Presidente da Câmara? E não sendo ele é o Renan. Então, meus amigos e minhas amigas, estamos num dilema, Paulo, muito difícil porque não impuseram o golpe através das armas como em 1964, mas impuseram através de duas instituições que está sendo rejeitada pelo Brasil inteiro e com o apoio de uma rede de televisão que nunca foi popular. Uma rede de televisão que, inclusive, a semana passada ganhou um Decreto do Presidente interino dando direito a ela de dar concessão pra outra emissora de televisão. Então, nós estamos perdendo caráter público passando pro privado pra dar concessão de televisão no Brasil. Então, nos rebelaremos: a Presidenta voltará. E nós não consideraremos esse governo como um governo legítimo porque não é e ele sabe disso. Não adianta nos chamar pra negociação porque nós não iremos. Estou aguardando um momento em que o Senhor Michel Temer tira o pé do Jaburu do Palácio do Planalto e venha pras ruas dialogar conosco; estou esperando esse momento ele não fez até hoje e não fará e por que não fará? Porque ele deu um golpe e está encastelado ali dentro com a emissora de televisão dizendo que está tudo bem no País. Um dia a grande obra dele é levar um fígado dum lugar pro outro. Outro dia, a grande obra dele é ir lá estender a mão a empresários; outro dia a grande obra dele é dismantelar a educação, a saúde a segurança pública. Então, assim em nome de vinte e dois milhões de LGBT, Paulo Maldos, fica aqui a nossa solidariedade a você, a sua história. A sua trajetória

está registrada como homem que fez a Terceira Conferência, com todas as dificuldades, que nos ajudou a incluir o nome das Travestis e Transexuais no Plano Federal e que tem lutado exaustivamente a favor da Comunidade LGBT. E fascistas não passarão e governo golpista não passará nesse País. A Vice Presidenta, Roselaine Dias registra que faz dela as palavras do Conselheiro Léo Mendes e acrescenta que a passagem do Presidente Paulo Maldos pela Presidência do CNCD/LGBT, como Secretário de Direitos Humanos, registrou uma nova fase no Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT, porque, até então, o Conselho teve outras participações governamentais com representação não LGBT, mas que não tiveram, inclusive em alguns momentos representadas por mulheres no espaço governamental, a sensibilidade e o acolhimento que o Presidente teve para pauta LGBT. Ressalta que foi uma surpresa para todo o Conselho o fato de que um homem branco, em princípio, heterossexual se posicionar nessa condição. A Vice Presidenta destaca que, para os/as Conselheiros/as que não tiveram a possibilidade de participar das reuniões da Mesa Diretora, o Presidente falava depois que todas as pessoas falassem você sabe que numa composição de Mesa Diretora. Sabe-se que a composição da Mesa Diretora é composta por Roselaine, Léo Mendes, Tathiane e Zezinho. Isso é esperar duas horas para falar, ainda com a Katia dissesse que Presidente quer falar. A Vice Presidenta passa a palavra para Paulo Maldos: Eu queria também assinar embaixo pelo Léo Mendes e parabenizá-lo pela fala brilhante e dar a informação que não sei se todos e todas têm: o Estado brasileiro vai ser examinado na ONU na Sessão Vinte e Sete do grupo de trabalho, em abril maio de dois mil e dezessete (2017), e que até o dia vinte e dois de setembro de dois mil e dezesseis está sendo solicitado que a sociedade civil apresente um informe próprio chama SOMBRA. Ou seja: os atores da sociedade civil farão o seu informe alternativo ao estatal até o dia vinte e dois de setembro desse ano. Eu fui convidado para participar, numa das ONG que tem assento na ONU em Genebra, da construção desses informes. Então, eu queria colocar à disposição de contemplar a questão LGBT no meu informe. Vou ajudar a construir e também dizer à todos e todas que tem os seus contatos que é fundamental que chegue informes sobre o Brasil, inclusive contemplando as falhas que houve em todo período histórico recente, inclusive as insuficiências dos governos de Lula e da Dilma. Porque o informe pretende fazer um raio-x desse período. Então, tudo o que ocorreu nesse período é importante que isso chegue a Genebra. Que a pauta LGBT chegue com força nesses vinte e dois de setembro e faça valer a voz da Comunidade LGBT em Genebra, tanto agora quanto no ano que vem na discussão oficial. A Vice Presidenta passa a palavra para o Conselheiro Gil Santos: Primeiramente, fora Temer, segundamente volta Dilma querida, e terceiro não estamos num bom dia, mas sim num dia de luta. Quero dizer pra vocês que a Central de Movimentos Populares fez uma reunião nacional nos dias vinte, vinte e um e vinte e dois de Junho onde a Central tomou a decisão que todos os Conselheiros Nacionais da Central terão que se afastar dos seus mandatos até que a nossa Presidenta Dilma volte à presidência. Só lembrando que a gente

vai se afastar. A gente não está renunciando. Nós vamos nos afastar. Ela voltando, a gente volta também. Nós não reconhecemos esse governo golpista, fascista, e interino. Eu, como pessoa, e enquanto Conselheiro não reconheço. Mas enquanto pessoa e enquanto Conselheiro da sociedade civil, eu continuaria no Conselho porque o Léo disse tudo aqui. Eu não preciso repetir e eu penso dessa forma também. Mas eu fui indicado pela Central de Movimentos Populares a compor ao Conselho Nacional LGBT e respeito a Central. Por esse motivo, estou aqui trazendo essa carta essa nota da Central. E vou pedir pra que a Vice-Presidenta dê uma lida. Não estou legal e quero dizer ao Presidente que estamos juntos pra o que der e vier. Seja aqui no Conselho Nacional LGBT, ou seja fora dele, obrigado a todos Conselheiros e Conselheiras, vice-presidência, Presidente, a todos e todas, abraço. A Vice-Presidente lê a Nota da CMP: "Nota da Central de Movimentos Populares afastamento dos Conselhos Nacionais, a Central de Movimentos Populares CMP-BR em reunião de sua direção nacional nos dias vinte, vinte e um e vinte e dois São Bernardo do Campo São Paulo, decidiu se afastar por tempo indeterminado de todos os Conselhos Nacionais e espaços que envolvam quaisquer órgãos do Governo Federal e inclusive os grupos de trabalhos da SPU, a CMP que congrega diversos movimentos populares de sem-teto, saúde, educação, LGBT, associações de moradores e grupos populares da periferia defende e participa dos Conselhos em várias áreas de sua atuação como Conselhos das cidades, saúde LGBT, por entender que são espaços conquistados pelos movimentos populares e fundamentais na elaboração e fiscalização das políticas públicas, sabemos que os Conselhos não são espaços de governo, mas também são compostos por representantes dele, portanto paritário ou tripartite, a decisão de se afastar dos Conselhos deve-se ao fato de estarmos nesse momento sob a égide de um governo provisório e golpista fruto de desrespeito a Constituição Federal que exige crime de responsabilidade para o impeachment o que a Presidenta não cometeu, a CMP compõe a Frente Brasil Popular e por intermédio de suas filiadas tem mobilizado milhares de pessoas contra o golpe e afirmado publicamente que não reconhece o governo Temer que em poucos dias já mostrou que será um governo de ataque a Previdência, aos Direitos Trabalhistas, aos Programas Sociais, a Soberania além da criminalização dos movimentos sociais, se não reconhecemos o governo não podemos sentar a mesa junto com seus representantes, ademais nossa prioridade nesse momento é contribuir para aumentar a pressão e mobilização popular cada ataque do governo golpista e provisório vamos responder com Fora Temer convocamos todas as nossas filiadas para aumentarmos as mobilizações e não pararmos enquanto não detivermos o golpe em curso, pois seu objetivo principal é o ataque aos direitos sociais e civis, toda vez que o Ministro do governo golpista participar de algum evento lá devemos estar para protestar e taxá-lo de golpista é golpe acabar com os programas sociais e quem rasgou a Constituição não tem moral para impedir nossa desobediência civil não há diálogo com governo golpista, não ao golpe, fora Temer, resistir sempre, temer nunca, Central de Movimentos Populares me representa". A Vice

Presidenta passa a palavra para a Conselheira Tathiane Aquino. A Conselheira faz uso da palavra: Bom dia a todos e todas, eu queria pedir desculpas. Eu perdi meu celular no banco de trás do carro e causou um contratempo de uma hora e meia. Eu queria aqui deixar, em nome da REDETRANS, a nossa estima respeito e admiração pela pessoa do Paulo Maldos. Pelo tempo que a REDETRANS esteve nesse Conselho, pela forma íntegra, respeitosa, cuidadosa de que tivemos contato e tivemos que caminhar junto nesse Conselho Paulo. Hoje, eu posso falar isso porque a Symmy não está mais aqui e ela era muito envergonhada. Ela tinha me falado da sua pessoa logo quando cheguei para o Conselho, eu disse um hetero? Um Senhor hetero? E ela disse tenha calma Travesti que eu lhe conheço. Você vai, e não demorou muito Paulo, assim, pra gente ter uma afeição, um respeito e admiração tanto pelo seu profissionalismo, que foi observado durante esse ano, tanto quanto seu respeito a nossa população. Queria também deixar registrado que a REDETRANS, como já colocou ontem, passou por um processo de discussão interno e muito respeitoso e teve algumas pessoas que até preferiram se afastar da entidade durante alguns meses. O que não foi bom pra gente. Mas a decisão da maioria foi não sair dos espaços de controle. Atualmente, a REDETRANS ocupa três Conselhos Nacionais de suma importância que é esse, o da Assistência Social e o da Saúde. Então, entendemos que nossa população já sofre por não ter discussão da agenda da identidade de gênero, da questão da transexualidade, da travestilidade. No MDS, as pessoas não sabiam nem distinguir o que era a população de Gays e Travestis eles achavam que eu era um Gay afeminado e hoje a gente, em menos de uma reunião, já conseguiu pensar em tanta coisa. Então, avaliamos que não. Independente do momento triste que também não nos satisfaz, entendemos que esse governo não é legítimo, que as posturas já se mostram posturas que não tem respeito pela constituição social entendeu, e pelas conquistas conseguidas não dadas, mas sim lutadas, batalhadas e através desse Conselho e outros. Então, eu me despeço aqui do Paulo, deixando meu respeito minha consideração e estima e colocando a postura da Rede de continuar nesse Conselho para cumprir seu papel do controle social. Cumprir o papel. Eu acho que é o momento da gente ter bastante serenidade no processo e esse foi de mais de 80% do nosso coletivo e é o que eu estou aqui cumprindo, obrigada. A Vice Presidenta passa a palavra para a Conselheira Marcelle Esteves. A Conselheira, portanto, faz uso da palavra: Bom dia, sou Marcelle Esteves ABL. Aproveito esse momento, Senhor Presidente e Vice-Presidente, Conselheiros e Conselheiras, para registrar que essa é minha última reunião como Conselheira Titular. Eu estou me ausentando, me afastando, hoje, oficialmente, por conta das eleições municipais. Eu sou pré-candidata a vereadora no Rio de Janeiro e a partir das próximas reuniões a minha Suplente, Janice da ABL, passará à titularidade. A ABL resolveu permanecer no Conselho na ação do controle social, na luta pela manutenção da Política e, principalmente, para que consigamos pensar em todas as vidas do Brasil que já se foram. Precisamos lembrar também que essas vidas foram ceifadas por conta de todo ódio voltado para a população de Lésbicas,

Gays, Travestis, Mulheres Transexuais e Homens Trans. Precisamos lembrar também que, apesar de alguns avanços que tivemos, até o dia de hoje por conta do conservadorismo e do “enfrentamentalismo” não conseguimos aprovar uma lei que criminalizasse a LGBTfobia. Então, que sigamos firmes na luta da Democracia, na luta pelos Direitos Humanos e no combate intransigente ao racismo, ao machismo e à LGBTfobia. Presidente a sua participação foi uma participação realmente importante pra esse Conselho: foi parceira. Que esse Conselho permaneça no seu objetivo do controle social. Mas pra além do que aconteça daqui pra frente, que permaneçamos no processo da luta pelos Direitos dessa população que até hoje tem sido massacrada. Eu acabei de receber que, no Rio de Janeiro, seis LGBT foram assassinados num único dia. Já tínhamos tido seis em uma semana e ontem foram seis na Baixada Fluminense. Então, é mais do que necessário a existência deste Conselho e da luta de cada Conselheira e Conselheiro aqui presente. Eu agradeço a participação, a Janice ela vai representar a rede muito bem e a gente volta a se encontrar, eu espero, numa outra instância. Eu espero que como pré-candidata, consiga chegar ao meu objetivo. Mas sempre parceira com este Conselho, obrigada. Por ordem de inscrição, a Vice Presidenta passa a palavra ao Conselheiro Washington Dias. O Conselheiro faz uso da palavra: Bom dia a todas, Washington Dias da Rede Nacional de Negras e de Negros LGBT. Inicialmente, eu queria apenas tornar público que diversos membros da sociedade civil já sabem que nós, da REDEAFRO LGBT, decidimos, depois de exaustivos debates, permanecer em todos os espaços de controle social que nós estamos. Seja no Conselho Nacional LGBT, seja no Conselho de Promoção de Igualdade Racial, seja no Conselho de Juventude e outros GT que participamos porque a gente entende que é um espaço conquistado pela sociedade civil e a gente deseja continuar exercendo plenamente esse direito que construímos e que nos dedicamos com muito esmero que é o exercício do controle social. Continuaremos fazendo isso da mesma maneira que sempre fizemos. Independente de governos. E que, neste momento, nós também não reconhecemos o governo interino governo golpista Michel Temer. Mas que nós nos colocamos no sentido de continuar fazendo a defesa intransigente dos direitos de negras e de negros, da juventude, das mulheres, em todos os espaços que nós estivermos. E, parabenizar de fato as demais entidades da sociedade civil pela maturidade em reconhecer esse espaço como um espaço onde a gente continua resistindo; em reconhecer esse espaço como um espaço que foi conquistado com muito esforço por aqueles e aquelas que nos antecederam; que nós estamos aqui pra continuar resistindo; a maturidade de reconhecer que nós somos um Conselho de Estado e não Conselho de governo, acho que isso ficou muito latente nas falas de Léo Mendes, de Rose, de Lili, e todas aquelas que fizeram intervenções. Por fim, também agradecer ao Presidente Paulo Maldos, diversas vezes, por sua calma, tranquilidade, paciência para com tantos os nossos alvoroços porque somos assim. É nessa diversidade que a gente constrói mesmo. Tem momentos em que a gente precisa, de fato, da calma. Tem outros momentos que a gente precisa de maiores agitos.

E, assim a gente constrói essa diversidade que é este Conselho LGBT. Queria dizer também que nossa luta continua contra o machismo, contra o sexismo, contra o racismo e contra a LGBTfobia. Por ordem de inscrição, a Vice Presidenta passa a palavra para o Conselheiro Pedro Coutinho da Secretaria Nacional da Previdência Social. O Conselheiro faz uso da palavra: Vice-Presidente obrigado. Então, queria agradecer a todos pela oportunidade de estar aqui. Meu nome é Pedro Mader Coutinho, sou representante da Previdência Social e fui incumbido com essa missão, com a qual muito me orgulho e muito me honra a confiança que o meu Diretor indicou meu nome e queria dizer que a Previdência Social, como o Conselheiro Gil, bem colocou está passando por um momento, talvez, o maior desafio de sua história que é de garantir e manter as conquistas, os direitos sociais dos trabalhadores com relação a sua segurança a sua dignidade e, enfim, a sua proteção nos momentos mais difíceis dos trabalhadores. E, nós temos trabalhado lá dentro para garantir com essa proteção com ênfase em todos. E, por aí, eu digo a todos e todas, seja qual for a especificação, que todos os trabalhadores são bem vindos e devem participar da Previdência Social. É um assunto que é de interesse de qualquer pessoa e de qualquer cidadão. Então, é uma pauta também LGBT porque nós estamos lá para garantir a defesa de todos que contribuem para o sistema. Nós vamos continuar trabalhando pra isso e agora foi uma conquista particularmente importante o Decreto 8727. Então, vamos trabalhar pra que seja implementado, o quanto antes, nos sistemas do INSS para que haja o reconhecimento do nome social das trabalhadoras e dos trabalhadores que assim desejarem ser identificados. Aproveito também para lamentar. Soube ontem que a Symmy a Coordenadora-Geral foi exonerada, ainda não tinha recebido essa informação. Já havíamos trabalhado com ela. Já conhecíamos o Cleyton. Então, é uma pena saber que as mudanças já têm os primeiros efeitos. A saída do nosso Presidente também é uma demonstração disso. As formas como vocês se referem a ele deixa claro que, apesar de não conhecer Presidente, o que falam de você é muito mais forte do que a impressão que poderia ter. Então, lamento também sua saída. Eu queria concluir numa nota pessoal, se me permitem, não como membro, não como servidor de carreira de Estado, mas como cidadão. Nesse domingo passado o Papa Francisco, que é o líder da Igreja Católica ainda que eu não seja Católico eu considero um líder espiritual, ele disse que tanto a Igreja mas todos os cristãos, e aí nesse grupo eu me incluo, deveriam pedir perdão à comunidade LGBT pelos seus atos, pelas suas palavras. Mas também pela sua omissão, pelo seu silêncio, pelo silêncio gritante da maioria quando não levanta a voz para defender os nossos irmãos e irmãs. E, portanto, todos os que se consideram cristãos. Ou seja, que seguem, que desejam ou tentam seguir as palavras de Jesus Cristo que deu apenas dois mandamentos amar a Deus e amar o próximo como a si mesmo, se nós não amamos nossos irmãos, seja qual for a origem qual for a raça o gênero, a sua sexualidade, orientação sexual, nós não estamos cumprindo com a nossa obrigação. Então, em nome de todos enfim em nome dos cristãos que de fato acreditam nisso eu queria tomar essa oportunidade de pedir perdão pelos atos

das pessoas que se identificam como cristãs, pedir perdão pelas palavras, pelas ofensas, pela discriminação das pessoas que se consideram se identificam como cristãs, mas que por ignorância ou por falta de informação cometeram algum ato, fizeram alguma manifestação ou, principalmente, aquelas que deixaram de fazer. Então, além dessa apresentação como novo membro da Previdência Social como Conselheiro como pessoa como cidadão e como cristão queria pedir perdão a todos vocês individualmente. Mas aqui nesse momento, publicamente, para fazer valer as palavras do Papa Francisco que como eu tive ontem com, perdão. Eu estive na quarta-feira com a Irina Bacci, nossa Ouvidora Nacional. Falei com ela sobre isso e realmente queria deixar registrada essa manifestação que todos os cristãos deveriam fazer. Então, obrigado pela atenção, obrigado pela oportunidade de estar aqui e eu gostaria de dizer que vocês podem continuar contando com a Previdência e que vocês têm representantes lá Servidores que estão comprometidos com a República, estão comprometidos com a Constituição, estão comprometidos com a Democracia. Então, por favor, continuem contando conosco e trazendo a nós as dificuldades e os desafios que vocês enfrentam no dia- a- dia para que nós possamos juntos melhorar esse sistema que é de todos os brasileiros de todos os trabalhadores, muito obrigado. Por ordem de inscrição a Vice Presidenta passa a palavra para o Conselheiro Rogério Franco, avisando que, na fala de Rogério, o tema será encerrado. O Conselheiro Rogério faz uso da palavra: Bom dia a todos eu vou falar bem menos. Queria me apresentar mesmo: meu nome é Rogério Franco, eu sou representante da SEPPIR. Eu participei da Conferência, fui indicado, então, pelo Secretário Especial Ronaldo e pela Senhora Luciana. Ainda não tinha tido contato com o Secretário Paulo, e, infelizmente sou representante da SEPPIR e não sou negro. O ideal seria que se fosse um negro ou uma negra Lésbica, mas devido alteração da SEPPIR, e a SDH também está sofrendo bastante, e com a alteração a SEPPIR, acabou ficando ao meu cargo participar do Conselho. Acho que a SEPPIR, como a SDH, está sofrendo bastante, estamos muito instáveis. Ainda não sabemos quais são as nossas diretrizes. Mas com certeza a SEPPIR é partidária da causa. Não sei quanto tempo ficarei no Conselho, mas enquanto estiver no Conselho quero participar de todas as reuniões. A nossa Secretária pediu para participar e marcar a posição da SEPPIR. E, é isso então. Vamos batalhar pela causa, obrigado. A Vice Presidenta faz uso da palavra: Para encerrar esse ponto acho que é importante registrar o meu posicionamento que, evidentemente é resultado da avaliação da Liga Brasileira de Lésbicas. Já deve ser de conhecimento de que um grupo de mulheres se afastou do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a LBL não se afastou, mesmo tendo o mesmo posicionamento ideológico. Então, é por isso que nós estamos aqui. Em relação aos assassinatos que a Conselheira Marcelle se referiu, ontem, eu, como integrante da Câmara Técnica da Violência quero socializar aqui, com os Conselheiros e Conselheiras, que a gente está no momento de fazer um argumento sobre o genocídio da população LGBT no Brasil. Eu acho que não cabe mais nem a gente falar em assassinato. O Sr. Presidente que vai nos

auxiliar agora numa relação internacional, eu penso que a fala tem que ser essa. Nós precisamos buscar os nossos parceiros e parceiras tendo esse argumento. É importante, Presidente, também de registrar sua participação, como o Léo colocou, em relação a importância da gestão da Conferência de Direitos Humanos na construção do PPA. Sem esse olhar e sem esse compromisso, haja vista que é a primeira gestão do Conselho Nacional em que o Ministério, então dos Direitos Humanos, apresentou, através da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres e da Secretaria de Direitos Humanos, os objetivos específicos pra população LGBT, hoje considerados no PPA. E, aí, já quero chamar atenção do Conselheiro governamental do Ministério do Planejamento da importância desse Ministério nessa nossa articulação. Nesse próximo período, esse Conselho não vai baixar a guarda no que tange ao PPA. A Katia já informou que o Secretário-Adjunto quer vir aqui falar com o Conselho. Então, vamos nos organizando enquanto ele chega. Presidente o Senhor que fazer mais uma manifestação antes da chegada? O senhor vai ficar à mesa quando ele chegar pra gente se organizar? Paulo Maldos faz da palavra: Acho que não preciso ficar na mesa, só queria dizer que, pelas falas aqui, ficam fortalecidas duas convicções minhas: uma essa que você, Roselaine, acabou de colocar - essa busca de parcerias internacionais pra denunciar a situação no Brasil eu me disponho a contribuir, tem essa possibilidade já de Genebra para vinte e dois de setembro; e a outra é que eu coloco com um desafio, talvez, no âmbito da possibilidade do Conselho Federal de Psicologia. Talvez colocar como desafio para os Psicólogos no Brasil serem, digamos, tradutores para a sociedade brasileira dessa realidade diversa. E, a meu ver, bonita que a gente tem que traduzir pra combater a ignorância como foi colocado aqui. A ignorância que é revelada diariamente com relação às realidades LGBT e, principalmente, a ignorância que se transforma em violência, em agressão, em intolerância. Então, acho que os Psicólogos e Psicólogas tem o papel importante nesse esclarecimento das futuras gerações e da sociedade brasileira atual, para tentar evitar exatamente esse genocídio, fazer frente de enfrentamento ao genocídio e a superação dele pra uma convivência respeitosa da sociedade e todos somos sociedade entre nós. Daqui pra frente, então, me coloco a disposição nessas duas frentes tanto no âmbito da Psicologia, no Conselho Federal que tem abrangência nacional quanto nesse enfrentamento e denúncia internacional, obrigado gente por tudo. A Vice Presidenta faz uso da palavra: Obrigada Presidente. Então, enquanto a gente aguarda, vou comunicar que na chegada do Secretário-Adjunto, quando ele tomar assento à mesa eu vou me retirar da Mesa e me sentar junto com os Conselheiros e Conselheiras, tá Katia? Daí, vou pedir pra que tu, como Coordenação conduza a Mesa. Katia Guimarães faz uso da palavra: Antes do Presidente se retirar, eu queria em público agradecer à parceria, o companheirismo, a presença, a compreensão, a dedicação, as incidências que o Senhor fez, ao longo da sua presidência, para que nós tivéssemos uma tranquila caminhada de luta. Agradeço também por você ter estado presente o tempo inteiro na Conferência LGBT ao nosso lado. Eu queria de público agradecer

porque foi na gestão do Presidente Paulo Maldos, que eu vim aqui pra Secretaria de Direitos Humanos, que vai fazer um ano, mais ou menos. Nesse ano, conviver com o Sr., com a tranquilidade, com a lealdade, com a franqueza, com todas as características boas que tivemos aqui. Agradeço a oportunidade de compartilhar a condução deste Conselho com o Sr., Presidente. Foi uma honra, foi um prazer e um privilegio ter estado nessa gestão do Conselho Nacional LGBT compartilhando o espaço político com o Senhor, boa luta. Paulo Maldos faz uso da palavra: Obrigado Katia. Você Katia também pra mim é uma referência que ajudou muito a organizar junto com a Roselaine, a Mesa Diretora e todos aqui e todas. Eu queria muito agradecer a paciência e a dedicação do Conselho para me ajudar a compreender e a trabalhar com vocês, obrigado também. A Vice Presidenta, Roselaine Dias faz uso da palavra: Então, como diz o nosso povo, arrasou! Já lhe convido que a Parada LGBT em Porto Alegre que é 13 de novembro. O microfone vai estar aberto no palco da Parada, livre. A gente tem uma pauta aqui apresentada. Todo mundo tem a programação. Pela pauta a gente abria agora para os informes e para a avaliação da 3ª Conferência Nacional. Depois, a gente tem o PPA-2017. Eu quero propor que o ponto sobre o PPA e as resoluções da 3ª Conferência, sejam trabalhados junto com o relato da Câmara Técnica do Plano, pode ser? Então, eu quero propor que dado a essa visita que a gente vai ter que os relatos das Conferências sejam no início da tarde, pra gente poder aprofundar, o que vocês acham? São 11h30min. Enquanto aguardamos essa chegada, no sentido de ganhar tempo, acho que a gente podia ir fazendo, daí a gente inicia nesse ponto, e a gente tem o cronograma de Reuniões Ordinárias. Eu penso, então, que no início da tarde a gente inicia com o cronograma de reuniões, pode ser? Pra ser mais rápido? E em seguida passa para as Câmaras Técnicas, onde daí a Câmara Técnica de Planejamento já inicia cumprindo a pauta aqui e já fazendo seu relato do trabalho de ontem, pode ser? Pode ser Conselheiros? Respondam, Obrigada. Então, o Conselheiro Washington está pedindo pra gente prever um teto para esse horário aqui. Eu penso que se a gente já vai iniciar com a avaliação do ponto até a chegada da visita a gente poderia colocar o teto até 12h15minh pode ser? Aí eu proponho que a tarde o retorno seja 13h30min, pontualmente, e a gente vai tenta trabalhar até às 16h30min e não conseguindo a gente estende até às 17h, que é o limite por causa dos voos. Só uma questão de ordem: é que a visita está chegando, e daí a gente retoma na sequencia pode ser? Então, nesse momento, eu como Vice-Presidenta, vou me assentar junto com os Conselheiros e às Conselheiras e passo a condução pra Katia Guimarães, obrigada. Katia Guimarães assume a condução da plenária do CNCD/LGBT. Então Conselheiros e Conselheiras do Conselho Nacional LGBT, queria apresentar o Embaixador Silvio Albuquerque que ocupa o cargo de Secretário-Adjunto da Secretária Especial Flávia Piovesan, que nesse momento está ausente. O Embaixador Silvio fará a sua fala agora e abriremos para algumas perguntas que caso o Pleno queira fazer ao Secretário. Nós temos um limite de 12h15min. Pois, o o Secretário tem um compromisso e a gente também sai pro

almoço e para a agenda da tarde. Então, Secretário, por favor. Katia Guimarães passa a palavra para o Embaixador Sílvio Albuquerque. O Embaixador faz uso da palavra: Bom dia a todos, como a Katia disse eu sou Sílvio Albuquerque sou diplomata. Fui convidado pela Secretária Flávia Piovesan pra assumir o cargo de Secretário-Adjunto da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Ao longo da minha carreira, desde 1986 no Itamaraty, eu atuei, praticamente, por vinte anos no campo dos Direitos Humanos. Seja em Brasília, na Secretaria de Estado, ou em postos no exterior. E, basicamente, em Bruxelas, eu fui responsável por Direitos Humanos junto a missão do Brasil na União Europeia. Em Bogotá e em Washington, onde fui responsável por Direitos Humanos na nossa missão junto a OEA. Os últimos três postos foram: a chefia de gabinete do Ministro Joaquim Barbosa na presidência do Supremo Tribunal Federal cedido pelo Itamaraty; fui convidado pelo Ministro Jaques Wagner para assumir a chefia de gabinete dele no Ministério da Defesa; chefei o gabinete do Ministro Jaques Wagner, posteriormente, na Casa Civil; e permaneci como Assessor internacional na Casa Civil até muito recentemente. Então, é um momento de transição política muito difícil pra todos nós brasileiros. A aceitação ao convite feito pela Secretária Flávia Piovesan foi no contexto da preservação dos Direitos Humanos que avançaram ao longo da última década, graças ao esforço da sociedade civil e dos governos eleitos pela população brasileira. Reconheço, como Diplomata negro, que a situação de minorias políticas no Brasil e os negros no Brasil - não são minorias numérica e nunca foram, somos maioria numérica no Brasil-, a discriminação no Brasil ela é multifacetada ela atinge de maneira desigual brasileiros que são vistos e considerados ou se autoconsideram, pelo processo histórico brasileiro, como cidadãos de segunda classe em relação a benefícios e acessos a direitos providos pelo Estado. Então, eu me sinto muito confortável em estar aqui, não em relação ao momento político que atravessamos porque não tenho nenhum tipo de ilusão em relação a peculiaridade do momento que atravessamos mas em relação à luta que os brasileiros discriminados sofrem e a comunidade LGBT, uma comunidade discriminada dentre as comunidades discriminadas no Brasil. A posição que a Secretária Flávia Piovesan tem em relação a esse tema é amplamente conhecida por todos aqueles que já leram qualquer artigo, estudo publicado por ela em relação aos direitos LGBT. Muito recentemente, na semana passada, quinta-feira, ela e eu assinamos um artigo no O Globo em que tratamos especificamente do massacre de Orlando e sua repercussão sobre a realidade brasileira que, talvez, no Brasil nós tenhamos 10 massacres de Orlando por ano, por baixo. A situação é grave do ponto de vista dos ataques aos direitos da Comunidade LGBT. Mas mais grave ainda é a situação internacional que nós vivemos de repressão absoluta a direitos de minorias, em geral, atacando todos aqueles que são vistos como outros diferentes. Na Inglaterra, dois dias depois do voto pela saída da Inglaterra, do Reino Unido da União Europeia, ataques nas ruas; em metrô; nos ônibus; a pessoas negras com aparência de estrangeiro tem se sucedido. E, mas, contraditoriamente a gente vê hoje nos

jornais uma notícia alvissareira, que é um avanço na política do governo dos Estados Unidos em relação a acesso e permanência de militares Trans nas forças armadas americanas. Então, se nós olharmos para o final dos anos 90, quando havia ainda a política do "Don't ask, don't tell", permitindo que homossexuais permanecessem nas forças armadas desde que não revelasse sua orientação sexual, no governo Obama o avanço foi extraordinário na derrubada dessa política. E, ontem, o Ministro da Defesa dos Estados Unidos - Secretário de Defesa - anunciou mais um avanço. E no Brasil a política que a Secretária Flávia Piovesan deseja implementar é uma política que não admita retrocessos. Nós temos consciência plena da dificuldade que teremos ao longo da gestão da Secretária Flávia na interlocução com os setores que integram o Estado brasileiro. Temos plena consciência do conservadorismo onde os setores do Estado brasileiro, mas acreditamos que as conquistas civilizatórias que alcançamos, ao longo das décadas, são um mantra e, no mínimo, indispensável aqui nas políticas públicas, no campo dos direitos LGBT se preservem. Mais um avanço aconteceu, ontem, nas Nações Unidas, em Genebra, em que o Brasil, ao lado da Argentina e do Uruguai, conseguiu ter aprovação no Conselho de Direitos Humanos mais uma resolução do Conselho de Direitos Humanos que garante direitos LGBT. Essa resolução se manifesta claramente que o Conselho é contra a homofobia e contra a violência contra a Comunidade LGBT. Como todos sabem aqui, o Itamaraty tem tido, ao longo da última década, uma postura extremamente corajosa e inovadora, tanto na OEA quanto na ONU com relação a garantia do avanço dos direitos LGBT dentro das Nações Unidas e da OEA. Posso lhes assegurar que não é um esforço fácil. Eu posso mandar depois para Katia e para Rose a votação no Conselho de Direitos Humanos da ONU. Percebe-se a cisão muito clara em que se separa não apenas o mundo Árabe, mas também países importantes como a China contrários a iniciativa. Aliados na América Latina, basicamente, Estados Unidos e Canadá. Enfim, no campo internacional, embora ainda não tenhamos uma convenção internacional que busque garantir direitos da Comunidade LGBT, nós temos na OEA a assinatura e a aprovação de duas Convenções Interamericanas que foram negociadas com muito orgulho meu a partir da Presidência que eu exerci, por três anos no grupo de trabalho que elaborou a primeira versão Interamericana contra o racismo e toda forma de intolerância e que se desdobrou em duas Convenções. Uma delas, especificamente, trata do Combate à Discriminação contra toda forma de intolerância. E aí se inclui pela primeira vez, no plano internacional no caso interamericano, a referência explícita à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, algo absolutamente inovador. O Brasil assinou a Convenção. A Convenção foi enviada pela Presidenta Dilma ao Congresso, nos últimos dias antes do seu afastamento e agora o Congresso analisará as duas Convenções para sua aprovação e promulgação, pela Presidência da República. Ou seja, o cenário é um cenário absolutamente cinzento em algumas perspectivas. Há alguns projetos de lei no Congresso que nos preocupam. A Secretária Flávia foi muito explícita nas interlocuções que teve com o Ministro da Justiça e

também na que tivemos com o Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e Cidadania, com relação ao limite de intransigência nossa em relação a esses projetos, sobretudo aqueles que se referem às tentativas, por parte de setores do Congresso, de reverter os avanços legislativos alcançados. A Secretária vai ser objeto de resistência informada e elaborada por parte da Secretaria. E, mais do que nunca nós estamos, estaremos abertos a interlocução permanente com o Conselho, com as Coordenadoras que estão à frente dos trabalhos de política e de condução dos trabalhos do Conselho e, acima de tudo, eu acho que numa postura de humildade e de sensibilidade que é de airmos aqui sempre que necessário e de estarmos ao lado de vocês numa luta que não vai ser levada a diante sem o compromisso muito claro de estar ao lado numa balança absolutamente desigual entre Poder do Estado e voz de comunidades discriminadas. E aqui repito que estamos diante da mais discriminada das comunidades brasileiras. O reequilíbrio tem que ser dado a partir da postura dessa Secretaria ao lado dos Conselhos, especificamente desse Conselho. Eu estou aberto ao diálogo. Minhas palavras são de absoluta transparência e reconhecimento do momento difícil que o País atravessa; momento difícil que o mundo atravessa. Ontem, a Flávia Oliveira, que tem uma coluna no Jornal O Globo, que é minha amiga, escreveu um artigo em sua coluna com o título "Fim da Utopia". O fim da utopia não é apenas relativo a decisão tomada pelo povo britânico, em relação a saída da União Europeia. O fim da utopia tem relação com a descrença que se torna cada vez mais difundida, mais disseminada no mundo: de que as bandeiras e as conquistas civilizatórias no campo dos Direitos Humanos estão sendo progressivamente derrubadas. Eu acho que nunca teve um momento na nossa história pós 45, pós Segunda Guerra Mundial, em que as ameaças que pairam sobre os Direitos Humanos tenham sido tão intensas e tão reais. Eu costumo dizer a Flávia que o mínimo dispensável que a gente não pode abrir mão é a Declaração Universal de 1948. Aqueles 30 artigos da Declaração Universal de 1948. O que eu percebo hoje, conhecendo o campo internacional e trabalhando na ONU e na OEA, como eu trabalhei e voltarei a trabalhar em breve, é que nós sofremos hoje uma séria ameaça de retrocesso das conquistas que o mundo obteve ao longo das últimas décadas. E, não me refiro apenas ao Brasil. Mas isso só não vai acontecer se nós tivermos bem clara a posição que todos aqueles que militam pelos Direitos Humanos tem que ter na preservação daquilo que foi conquistado, porque as forças contrárias aos avanços dos Direitos Humanos são muito maiores hoje do que em qualquer momento da história pós 45. Então, eu estou aqui com o coração e com o espírito abertos. A Secretária Flávia, falei com ela por telefone e por WhatsApp, nos últimos dias. Ela está absolutamente em sintonia com tudo aquilo que estou dizendo pra vocês e me disse: Silvio a nossa postura será de ouvir, de aprender e não de sermos professorais. Então, o espírito da Secretaria é de conversar, de manter diálogo, de buscar avançar. Faço uma última referência em relação a Portaria 611, que foi baixada pouco depois do início desse governo transitório interino e estabeleceu por 90 dias de

limites ao poder que os Secretários tem de emissão de passagens, de autorização de passagens e diárias e também de renovação de convênios. Mas nas reuniões que nós tivemos com o Ministro ficou muito claro que durante esses 90 dias, que se esgotam em meados de setembro, não haverá nenhuma interrupção de projetos, iniciativas, viagens e missões consideradas prioritárias. E, dentro da estrutura normal de funcionamento dos Conselhos da Secretaria e aquelas que forem emergenciais, que fogem daquilo que for previsível, com grau de previsibilidade mínimo, nós iremos despachar com quem é de direito no Ministério, no caso o Secretário-Executivo ou Ministro de Estado. Mas a minha mensagem, o meu recado, que é recado da Flávia, é de que a Portaria não nos atinge, no sentido de interromper os trabalhos que estão em curso. A única coisa que nós pedimos pra vocês é que haja uma previsibilidade de aqui até Dezembro para as Reuniões Ordinárias e que tenhamos datas que possam ser móveis, evidentemente, de acordo com circunstâncias especiais. Mas que tenhamos previsibilidade de agora até Dezembro para as datas para reuniões, ou às missões específicas que vocês venham a ter, por fatos que venham a ocorrer em algum extremo do Brasil, em algum ponto do Brasil, e que exija a presença de membros do Conselho. Nesse caso, nós emergencialmente também despacharemos com o Ministro para que essas viagens sejam autorizadas. Então, mais uma vez, muito obrigado. É um prazer conhecê-los. É a primeira oportunidade que tenho de conhecê-los diretamente. Alguns que trabalharam na Conferência Mundial de Durban já me conheceram, porque entre 1999 e 2001 eu atuei ativamente na preparação do Itamaraty na interlocução com a comissão nacional preparatória a Conferência Mundial de Durban, com todos os segmentos discriminados da sociedade que estavam ali naquele momento extraordinário que foi a preparação do Brasil pra Conferência Mundial de Durban. A minha tese do curso de altos estudos - cursos obrigatórios na nossa carreira, assemelhado a um Doutorado na carreira diplomática - foi justamente sobre a Conferência Mundial de Durban e a participação do Estado Brasileiro nesse processo. Então, muito obrigado por me receberem aqui e, caso tenha alguma pergunta a fazer, eu estou aberto a trocar impressões com todos. Katia Guimarães passa a palavra, por ordem de inscrição, para a Vice-Presidenta Roselaine Dias. Roselaine Dias faz uso da palavra: Bom dia Embaixador, eu aqui represento a Liga Brasileira de Lésbicas e o segmento de Lésbicas pela Democracia e contra o golpe. Nós emitimos uma nota pelo 28 de Junho - dia do Orgulho LGBT no mundo, manifestando oposição desse Conselho, através da sociedade civil, sobre o não reconhecimento desse governo interino e não reconhecimento de quaisquer propostas em políticas públicas LGBT desse governo, e sim a garantia do que o Conselho construiu e que está representado no PPA-2016/2019 e que está assegurado nas Resoluções da 3ª Conferência Nacional LGBT, realizada no final de Abril. Conforme nós conversamos ontem, esse Conselho vai monitorar o cumprimento desse PPA, ao longo desse governo interino. Vai fiscalizar e vai cobrar que os 16 objetivos compostos por meio da Política para as Mulheres, transversalizada, na pauta dos Direitos

Humanos e o objetivo estabelecido, pelo então Ministério dos Direitos Humanos, para o combate total à violência contra a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais seja cumprido. O que nós esperamos, nesse limite desses 60 dias desse governo interino, como Conselho, atendendo à solicitação da Coordenação do Conselho, a Servidora Katia Guimarães, nós cumprimos a organização do calendário. Nós temos já uma proposta que vamos oficializar no Pleno na parte da tarde. E que a Katia vai encaminhar, oficialmente, a partir de segunda-feira, já com as Reuniões Ordinárias estabelecidas até Dezembro de 2016. Eu integro, como militante Lésbica e representante da LBL, a Câmara Técnica de Violência. Mas participei da reunião da Câmara Técnica de Normas e Legislação porque o Presidente teve que se afastar. Então, nessas duas Câmaras eu já visualizei que o calendário foi organizado, previamente, com a necessidade de reuniões extraordinárias dessas Câmaras, porque já estou referindo aqui no Pleno? Para que a Secretaria tenha ciência de que há necessidade de que essas Câmaras se reúnam em alguns momentos fora do processo da Reunião da Câmara Ordinária para atender demandas específicas, dentre elas nós recebemos e que foi solicitação do próprio Ministério da Justiça que a Coordenação do Conselho apresentasse as necessidades, ou melhor, as pautas emergentes desse Conselho dentre elas estão PDC. Então, a Câmara Técnica de Normas e Legislação precisa de reunir para fazer os pareceres, desse Conselho em relação aos PDC; e a Câmara Técnica de Violência, também, em função do que nós aqui hoje já estamos publicizando como genocídio da população de Travestis e Transexuais no Brasil, como especificidade da referência LGBT no País. Então, eu preciso registrar para o Senhor que politicamente nós recebemos, ontem, a visita da representação da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça no horário da Reunião da Mesa Diretora e essa Mesa Diretora através da minha pessoa como Vice-Presidência manifestou pra Secretaria Executiva que só vai dialogar nessa instância com a Secretaria-Adjunta, representada pelo exercício da sua função e com a Secretária em exercício Flávia Piovesan. Nós não estaremos em agenda pública com o Ministério e nós não atenderemos agendas do Ministério. Isso ficou ontem explicitado pela Mesa Diretora, obrigada. Por ordem de inscrição, Katia Guimarães passa a palavra para o Conselheiro Washington Dias. O Conselheiro faz uso da palavra: Mais uma vez, bom dia a todas, bom dia a todos, bom dia Secretário Silvio Albuquerque. Eu sou Washington Dias membro da Rede Nacional de Negras e Negros LGBT. Na verdade a gente vem subscrever aquilo que a nossa companheira Vice-Presidenta da LBL, anteriormente, nos disse. Mas, na verdade, a minha inscrição vai no sentido de uma provocação que eu tinha feito até ontem a Coordenação do Conselho. Nossa organização participou agora da Assembleia Geral da OEA na República Dominicana e na sua fala esteve presente as questões de retrocesso internacionais que estamos sofrendo, não só no Brasil mas em todos os países da América e também na Europa. Mais especificamente, eu quero me ater a Assembleia da OEA, até porque nós tivemos uma participação da sociedade civil brasileira muito tímida, justamente por sermos

também um País de grade dimensão continental, mas também porque, tanto no governo anterior quanto o governo interino não teve a preocupação de articular a participação nossa nesses espaços. E eu digo isso porque agora em Montevideo vai estar ocorrendo Conferência Internacional LGBT e aí nós do Conselho Nacional LGBT não estaremos presentes porque, tanto o governo anterior quanto o governo interino não se debruçaram para articular para que este Conselho, pelo menos a sua Mesa Diretora ou sua Vice-Presidência, pudesse nos representar nessa Conferência. E, nesse sentido nós sabemos que o governo brasileiro vai ser representado nessa Conferência pelo Ministério das Relações Exteriores e nossa organização que também estará nessa Conferência Internacional. A gente gostaria, na verdade, de saber quem é esse membro para que a gente pudesse traçar algumas metas, algumas questões até porque durante a Assembleia da OEA o governo brasileiro assinou uma série de Declarações do ponto de vista da política LGBT e a gente precisa, como eu disse aqui anteriormente, nós estaremos insistentemente exercendo o nosso direito de controle social, tanto nesse espaço quanto nos espaços Internacionais que nós participamos. Então, é nesse sentido o meu questionamento para que pudesse haver essa devolutiva, para que a gente pudesse até entrar em contato, até porque quando o governo sai daqui e vai para outros espaços, até parece que nós vivemos uma maravilha que a comunidade negra, que a comunidade LGBT e que as mulheres vivem num mar de rosas, quando a gente está mergulhada num mar de espinhos. Então, nesse sentido eu acredito que o Senhor já deva ter a Declaração que o Brasil assinou. Mas eu vou pedir pra que Tathiane possa passar e aí a gente fica no aguardo dessa devolutiva. Por ordem de inscrição, Katia Guimarães passa a palavra para Conselheira Presidenta da Câmara Técnica de Enfrentamento a Violência LGBT, Tathiane Araújo. A Conselheira faz uso da palavra: Bom dia a todos, bom dia Secretário-Adjunto, como a Katia já reportou a obrigatoriedade e o papel, eu sou Tathiane sou Presidenta da REDETRANS Brasil, presido, através da vaga da REDETRANS nesse Conselho a Câmara Técnica de Violência que trata mais diretamente com que mais envergonha a nossa Nação que é o ranking de assassinatos da população LGBT, onde a gente se encontra em primeiro lugar. Ultimamente a nossa Rede começou a fazer um trabalho que o governo brasileiro sempre se omitiu que foi a catalogação dos casos de violência e assassinatos de Travestis de Transexuais no Brasil. Então começamos a fazer isso há 8 meses, na verdade a 1 ano e meio. Mas em colocar à disposição das pessoas a 7 meses, desde o início do ano e agora através disso a Trans Europa convidou pra uma apresentação na Europa desse quadro, lá na Itália, a professora Sayonara que é minha suplente nesse Conselho. Uma das preocupações das pessoas nesse encontro é a situação das cenas que o Brasil já viveu em desrespeito aos direitos da população Trans e dos históricos que a gente sabe que aconteceu em São Paulo nos últimos tempos referentes as Travestis serem colocadas pra fora da rua por gestão pública daquele Estado; de haver uma repressão policial exaustiva e não trabalhada naquele Estado. Então, como Presidente dessa Câmara

Técnica entende que esse Conselho precisa dar uma devolutiva pra sua população, para suas bases. Aqui existem mais de 15 instituições que são diretamente ligadas a população LGBT ou instituições de classe que tenha essa discussão, como ABEH e outros aqui. Secretário é que a gente não admite o retrocesso e o desmonte de Direitos Humanos no Brasil e que também estamos aqui para estar vigilantes. Não compactuamos e não entendemos que esse governo representa a sociedade civil, porque ele chegou de uma forma não legítima. O nosso papel aqui é de controle que a gente não pode continuar a ver o Brasil passar vergonha lá fora seja por assassinato, seja por violação, seja por omissão do Legislativo, seja pela falta de políticas públicas para população LGBT, obrigado e bom dia. Por ordem de inscrição, Katia Guimarães passa a palavra para o Conselheiro, Presidente da Câmara Técnica de Monitoramento do Plano Nacional LGBT, Léo Mendes. O Conselheiro faz uso da palavra: Bom dia, meu nome é Léo Mendes, sou da Articulação Brasileira de Gays. Primeiro o meu mantra: primeiramente Fora Temer, eu votei na Presidenta Dilma não há nenhum crime contra ela e não é justo que se comprem votos no Congresso Nacional e no Senado, como tem sido feito para retirar uma Presidenta eleita duas vezes pelo voto popular. Nesse sentido, não acho legítimo, e nem a nossa Rede, que um governo reúna 500 Empresários e diz que é representativo da sociedade brasileira. Não nos representa mesmo. Então, assim nós vivemos um período de interinidade e as críticas que eu faço aqui são todas voltadas ao interino. Sei que o Senhor é um cargo de carreira, é uma pessoa que tem o compromisso com a República, com a Democracia, com o governo e tem uma pauta extremamente importante que é a pauta da luta contra o racismo num País que foi o último no mundo a vencer a escravidão, mas que ainda tem uma dívida enorme com a população de negras e de negros. Sentimos nesse início, um processo de falta de articulação política que ontem eu como membro da Mesa Diretora fui chamado para uma reunião, acho que o nome dele é Augustinho, Katia? E na reunião ele disse que ele é a pessoa central para destravar as passagens. Deu um endereço da sala dele lá no Ministério da Justiça e eu já havia recebido informações de que o Senhor era a pessoa chave para lidar com os Conselhos, em representação à Secretária. Então, assim o que parece pra gente que é da sociedade civil que falta uma certa articulação para dizer realmente quem vai conduzir algumas questões nesse período da interinidade. Isso provoca um certo distúrbio na sociedade civil, porque a gente já olha com desconfiança para o governo e quando conversa com gente do governo parece que a gente não sabe realmente quem é que tem poder de mando dentro do governo. Quero crer que o Senhor está aqui de boa-fé, representando a Secretária e que o outro tenha vindo equivocado, desenganado ou alguma coisa possa ter acontecido. Lembrar também que no dia 31 de Agosto de 2016 esse Conselho completa 15 anos, uma década e meia de existência, uma República que tem, desde 1889, um País que tem 513 anos de existência, desde a invasão dos Portugueses. É um Conselho recente, mas muito importante pra Democracia Brasileira e nesse período nós conseguimos, desde o casamento e União

Estável LGBT, passando pela adoção, pelos direitos previdenciários, pelo nome das Travestis e Transexuais dentro do serviço público, pela retificação de nome, processo transexualizador. Foram muitas vitórias oriundas das Conferências, deste Conselho LGBT que com muita dificuldade vem reunindo populações vulneráveis, pessoas estranguladas pela opressão que vivem no Brasil. Sabe, o Senhor que não é fácil pra uma Travesti e uma Transexual participar de um Conselho da República. O enfrentamento que teve, desde o dia que nasceu e se reconheceu com a identidade de gênero nesse País, até chegar até aqui, passando por aeroportos, passando por revista de polícia, passando por atendimento de hotel e olhares no meio da rua. Não é fácil para essas pessoas chegarem até aqui na instância máxima de deliberação de LGBT do País. Então, merece assim todo nosso respeito e toda nossa admiração e todas as pessoas que são aliadas a essa luta também. Como o Senhor nos colocou aqui, a nossa pergunta é se de fato, ontem, nós tivemos pela Mesa uma conversa com o representante Secretário-Adjunto. Ele se anunciou com dois cargos e eu fiquei em dúvida, como é um Procurador da República da Receita eu falei tem boa fé, funcionário público de carreira não é um cargo comissionado colocado porque veio do PSDB que é o Ministério de porteira fechada durante o golpe, foi negociado esse Ministério para o PSDB e o Ministério das Relações Exteriores para o PSDB porteira fechada. O Temer indica o Ministro da turma do PSDB. Mas assim, a minha colocação é, haverá condições nesse período de interinidade de realizarmos um Seminário Nacional de Controle Social comemorando os 15 anos do Conselho lá por volta de 30 a 31 trazendo os Conselheiros, suplentes, convidados desse Conselho como Ex-Presidentes do Conselho Ex-Presidentas, como representante dos Estados dos Conselhos pra gente fazer uma rediscussão sobre o papel do controle social LGBT na construção da Democracia e da República Brasileira? Katia passa a palavra o Embaixador Silvio Albuquerque. O Embaixador faz uso da palavra: Muito obrigado pelas intervenções e começo pela última intervenção do Léo Mendes. Eu não tinha conhecimento da vinda do Doutor Agostinho Neto ontem. Quero ser absolutamente transparente. Eu tinha tido uma conversa longa e muito frutífera com a Katia e a Rose no dia anterior, no dia anterior ou no mesmo dia? No mesmo dia pela manhã e se eu soubesse eu teria informado a elas. Mas eu não tinha conhecimento, depois que eu soube da vinda dele eu telefonei para ele a tarde e ponderei com ele sobre que teria sido conveniente que primeiro eu tivesse sido informado previamente e teria informado a ele, inclusive sobre a nossa conversa no período da manhã e hoje eu tenho um despacho com o Secretário Executivo do Ministério da Justiça sobre passagens, diárias e vou tratar desse assunto também. Depois eu posso conversar com a Katia e com a Rose sobre como foi minha conversa com o Secretário Executivo ele se disse bem intencionado e que veio aqui para manifestar a abertura e disposição do Ministério da Justiça em dialogar com o Conselho. Mas ele deveria ter me comunicado que viria e acho que teria sido muito mais fácil a interlocução. Mas, enfim, eu prefiro conversar com o Secretário Executivo e depois dar uma

devolutiva pra Katia e pra Rose. Mas uma coisa que é certa é que o fluxo pra autorização de passagens e diárias começa conosco, ou seja: ele começa aqui no Conselho, Katia encaminha. Existe uma pessoa chamada Michele aqui que cuida da área administrativa, ela faz contato com o Gabinete e nós do Gabinete fazemos contato com o Ministério da Justiça. Então, ele nunca foi interlocutor pra autorização de passagens. É o Gabinete do Ministro. Mas eu prefiro não me estender muito em relação ao que ocorreu. Apenas lamento que tenha havido esse incidente e hoje eu vou conversar com o Secretário Executivo e harmonizar o discurso e o procedimento também. Eu tinha tomado conhecimento conversando com a Katia e com a Rose, em relação aos 15 anos do Conselho e a proposta que eu vejo com extrema boa vontade e simpatia de vocês realizarem, com o nosso apoio, o Seminário Nacional dia 31 de Agosto em torno de 31 de Agosto, celebrando os 15 anos e temos tempo o suficiente para organizar isso. É preciso ver os custos e ver as medidas a serem adotadas e vamos trabalhar pra que isso seja uma realidade, para que isso aconteça. Eu não vejo dificuldade em nós organizarmos, teremos que ver, talvez, distribuir com os Estados, gastos relacionados a passagens de um ou outro representante. Enfim, equilibrar os gastos nesse momento de contenção de gastos. Mas eu acho que uma data que não pode passar em branco tem que ser comemorada e nós da Secretaria vamos trabalhar pra que isso aconteça sim. Bom Tathiane, em relação a violência contra a Comunidade LGBT, sobretudo a Comunidade Trans, os assassinatos e todo esse quadro que nos envergonha mundialmente é objeto de preocupação da Secretária. Nós apoiamos o Projeto de Lei da Ex-Secretária e Deputada Maria do Rosário. Está no artigo que eu assinei com a Secretária que a homofobia deve ser tipificada em Lei como crime. Não há essa tipificação ainda e que o que torna a punição algo muito mais difícil. Com a experiência internacional que se tem em relação a avanços que outros países, como mais uma vez cito os Estados Unidos, alcançaram primeiro nos anos 60 quando houve a criminalização e a federalização dos crimes de ódio racial e a percepção de que a tipificação do crime de homofobia é algo que pode ajudar o sistema jurídico a punir devidamente os responsáveis por essa prática. É muito importante, assim como também políticas que devam ser traçadas, em conjunto com esse Conselho, de sensibilização do Ministério Público e, sobretudo, do Poder Judiciário em relação à aplicação da legislação que existe hoje e de punição dos responsáveis pelos crimes que são praticados hoje. Sem o silêncio ou o subregistro. Esse tipo de criminalidade, e aí é algo da atribuição não do judiciário, mas das polícias estaduais em relação aos crimes praticados em vários Estados do Brasil e a dificuldade que estatisticamente, se percebe que existe de registro policial dessa violência seja de uma ofensa verbal a uma agressão física a um assassinato refletidos nesses crimes em registros policiais. Eu e a Secretária assinamos esse artigo e, conversando ontem com a Katia e com a Rose, me dei conta que usamos - pela absoluta inexistência de estatísticas confiáveis lamentavelmente no Brasil e isso é algo que nós poderíamos e devemos trabalhar pra corrigir esse problema - dados de uma organização da

Bahia que eu descobri no pouco conhecimento do tema, eu prometo me aprofundar no conhecimento do tema, que de longe não é uma entidade que produza dados estatísticos confiáveis em relação a esse tipo de criminalidade. Por exemplo, dentre outros aspectos, esse é um tema que preocupa a Secretária que insiste para que a Secretaria esteja engajada na aprovação, na luta pela aprovação, apesar de todas as dificuldades que todos nós aqui sabemos que existem hoje no Congresso Brasileiro em relação a essa pauta, mas que o Projeto de Lei da Deputada Maria do Rosário não fique engavetado, que tenha avanço e que se tipifique o crime de homofobia no Brasil. Bom, em relação ao que o Washington ponderou em relação a Assembleia Geral da OEA que ocorreu na República Dominicana, eu tenho uma reunião hoje às 15h com o Conselheiro Pedro Saldanha que é Diplomata que é Conselheiro também do CNDH e é daqui também. Pela imprensa, eu li sobre um incidente que foi mais emblemático que ocorreu durante a Conferência envolvendo algo que já se tornou um incidente de repercussão nacional nos Estados Unidos que foi o uso de banheiros públicos no local onde se realizava a Assembleia Geral da OEA. Esse incidente demonstrou, claramente, para aqueles que estavam ali como há uma cisão também no nosso espaço geográfico em relação a essa temática. Eu li na matéria, vou me informar mais sobre isso, que houve reações de autoridades do governo da República Dominicana ou, pelo menos, organizadores do evento extremamente refratárias a uma visão, chamemos, mais aberta e liberal em relação ao uso de banheiros públicos e naquele espaço da Conferência da Assembleia Geral. Mas houve também a solidariedade de países, inclusive de delegados brasileiros, segundo eu soube aqui, que adotou uma postura aberta, em relação a esse pequeno incidente que houve e que teve uma repercussão importante na Assembleia. Eu não conhecia essa Declaração que me foi entregue aqui: Declaração Conjunta dos membros fundadores do grupo de apoio LGBT e OEA. Não li ainda, mas imagino que seja uma Declaração positiva, tendo em vista os Países que co-assinaram: Brasil, Canadá, Colômbia, Estados Unidos, Chile, México e Uruguai e Argentina que está aqui na frente do Brasil e que são países que tradicionalmente tem tido uma posição avançada nessa questão na OEA. Acho fundamental que a Convenção seja analisada e aprovada rapidamente no Congresso. Eu dizia, ontem, a Katia e a Rose da minha expectativa - sobre o dispositivo constitucional que me consta da reforma de 2004 que inseriu um inciso que faz com que Convenções Internacionais de Direitos Humanos aprovada com maioria qualificada na Câmara e no Senado duas vezes sejam internalizadas no Brasil com status Constitucional – de que seria um extraordinário avanço se as duas Convenções contra o racismo, discriminação e intolerância correlatas fossem aprovadas com maioria qualificada na Câmara e no Senado. Eu não tenho ilusões de que elas serão aprovadas com maioria qualificada tendo em vista essa composição congressual. Em geral, Convenções de Direitos Humanos passam pela Comissão Constituição e Justiça, Relações Exteriores e vão para o Pleno. Eu acredito que essas são Convenções que não despertarão grande atenção por parte dos Parlamentares

que, em geral, infelizmente, não tem grande interesse em debater ao fundo temas internacionais, sobretudo Convenções que vão para o Congresso. Mas eu acho que o olhar atento do Estado e do Conselho ao encaminhamento que essas duas Convenções terão no Congresso é muito importante pra monitorar e, se necessário, solicitar audiências públicas, caso percebamos qualquer tipo de resistência, seja na Comissão das Relações Exteriores, seja na Comissão dos Direitos Humanos no que diz respeito ao avanço desses instrumentos. Eu vou me informar no Itamaraty sobre o que aconteceu de fato na República Dominicana e dou também uma devolutiva ao Conselho em relação a isso. Mas na OEA eu tenho a convicção de que com os apoios que nós temos, e aí é importante calibrar o peso de Canadá e Estados Unidos no contexto regional, esse é um tema que avança com mais serenidade do que no plano internacional. Bom, eu acho que foram essas as intervenções e as perguntas do Pleno. Repito que hoje tem uma reunião no Ministério da Justiça e Cidadania sobre procedimentos, sobre aprovação de passagens e diárias específicas de dois convênios também ligados às pessoas com deficiência. Mas eu quero lhes assegurar, mais uma vez, que primeiro a Secretária Flávia Piovesan está absolutamente em harmonia com os trabalhos desse Conselho estamos aqui para ouvir, aprender e manter a interlocução aberta e direta com todos os membros do Conselho. Estamos também a trincheira buscando preservar direitos que foram conquistados e os direitos não foram conquistados apenas por benesse do Estado. Foram conquistados, e eu como negro sei disso, a partir de muita luta de todos aqueles que foram e são discriminados no Brasil e, apesar de toda dificuldade que teremos ao longo desse processo nos próximos meses nos próximos dois anos não sabendo o que vai acontecer nem no dia de amanhã em relação a questão política, a minha posição é a posição da Secretária de que há um mínimo denominador comum em relação aos Direitos Humanos que é o que baliza e que não pode ser ultrapassada, para que não tenhamos nenhum retrocesso civilizatório no País. Eu agradeço pela interlocução, pelo diálogo, pelo respeito, pela confiança. Espero corresponder a essa confiança. A Secretária também, na próxima reunião estará aqui. Ela já volta no dia 13. Contem comigo e estaremos permanentemente abertos. Minha sala estará literalmente aberta para todos para que possamos manter um diálogo fluído, aberto e transparente e, quando necessário, acalorado sobre os temas de maior urgência para que a Democracia brasileira seja plena e que incorpore todos os segmentos da sociedade, muito obrigado. Seguindo a ordem de inscrição, Katia Guimarães para a palavra para o Conselheiro Washington Dias. O Conselheiro faz uso da palavra: Secretário só para não esquecer da devolutiva do representante do Itamaraty na Conferência Internacional que acontecerá nos dias 14 e 15 de julho, em Montevidéu. A Vice Presidenta encerra o primeiro período de atividades da 33ª Reunião Ordinária do CNCD/LGBT, com retorno para previsto para as 13h30min. A Vice Presidenta, Roselaine Dias, faz uso da palavra: Enquanto esperamos o quórum para iniciarmos a 2ª parte da Reunião, proponho que a gente vá pensando no Seminário, na perspectiva político-pedagógica pra

apresentar assim que o quórum estiver completo, o que vocês acham? Pode ser? Tá, nós vamos seguir nessa proposta então, de pensar o Seminário. Então, Conselheira Marina, a ideiação que tivemos, ontem, a partir do que conversamos na reunião da sociedade civil e das Câmaras Técnicas na quinta-feira, pela manhã, foi de construir o Seminário trazendo as representações do controle social LGBT do Brasil: Ou seja, os Conselhos Estaduais. Nós dialogamos com o Secretário e ele nos perguntou se a Secretaria iria bancar todo mundo ou como seria? Sugerir pra ele que no, mínimo, a Secretaria garantisse uma parcela dos Conselheiros Estaduais. Ou seja, para que tenhamos um quórum mínimo de representação, por exemplo, definir que são 5 pra cada Estado. Daí os Estados definem pra gente garantir. Num primeiro momento, eu e a Katia, pensamos só num dia de Seminário porque daí não implica em hospedagem. Nós ficamos receosas que a SDH não possa banca tudo, o total de participantes né Katia? É minha percepção a partir do custo que foi as Conferências. Mas o que a gente está pedindo é que banque pelo menos uma parcela. Falamos que era um dia inteiro porque daí não implica na hospedagem e a gente sabe que, muito menos, os Estados não vão bancar uma hospedagem aqui em Brasília. Então, eu acho que isso a gente tem que ter bem ciente de que a gente precisa trabalhar com esse contexto. Minha proposição, Conselheira Marina, como Vice Presidenta, é que o Seminário seja de um dia inteiro e que a gente possa garantir a participação mínima de representação dos Estados. Eu estou propondo aqui que a Coordenação leve em frente a solicitação de todo corpo do Conselho e da sociedade civil que são suplentes juntos. Acho que é o momento de troca de informação. A questão que eu estou pensando, Conselheira Chopelly é operacional mesmo entendeu. Tenho certeza que o Rio Grande do Sul vai vim quem? Só a Defensoria Pública que pode se bancar e Secretaria de Segurança Pública, foi assim na Conferência. A pedido, a Vice Presidenta para a palavra para o Conselheiro Léo Mendes. O Conselheiro faz uso da palavra: Primeiro, a prioridade é para Conselheiros e Suplentes, entendendo que a gente já não tem CMP, que se afastou e alguns Conselheiros são aqui de Brasília, o que reduz o custo. A segunda prioridade a representantes da sociedade civil em Estados aonde a gente não tenha nem Conselheiro efetivo e nem Conselheiro suplente, porque nós fazemos controle social nos nossos Estados também. Então, não faz sentido você priorizar mais um de Pernambuco e deixar, por exemplo, o Acre que não tem ninguém no Seminário Nacional. A gente teria que ter representação de todo País. Então, pela lista de prioridades, viria os Conselheiros, os Suplentes e mais representantes da sociedade civil que fazem controle naqueles Estados aonde não tenha representantes. E se possível, o ideal era que pudesse trazer três representantes desses Estados uma pessoa Trans, uma pessoa Lésbica, uma pessoa Gay: um coletivo de três que sairia daqui compromissada em voltar e montar um Conselho lá no seu Estado, um Conselho Estadual, seria muito importante mas a gente sabe as dificuldades orçamentárias pra trazer. Mas aí tem que eleger entre aquelas pessoas que se comprometem a vir pro Seminário e depois voltar e replicar a mensagem e montar um

Conselho lá, porque só vim aqui pra dá "close" falar mal de Brasília e do Conselho não faz sentido. A outra questão é que, mesmo entendendo a questão orçamentária, Rose, o mais caro de um evento quase sempre é a passagem que não fica menos de R\$200,00 ou R\$300,00. Tem passagens de R\$2.000,00 e R\$3.000,00. Não sei se vai alterar muito o Planejamento. Katia, é preciso fazer um orçamento de um dia ou dois dias de diárias. Porque meu receio é que um Seminário de um dia a gente não tem qualidade e tempo pra poder explorar. Por exemplo, a menina vem lá da Bahia, vai ficar encaixotada lá 40min com alguém falando na mesa, três inscrições encerrou o tempo. Entra o próximo fez a inscrição encerrou. O tempo termina e você não tem uma qualidade, sem contar que não há possibilidade de articulação nossa: O que queremos em 15 anos de Conselho? Primeiro: dar visibilidade num punhado de ações que nós fizemos nesses 15 anos que estão no armário, Resoluções, Normas? Fazer uma prestação de contas mesmo pra sociedade brasileira? Articular com os Conselhos Estaduais uma nova metodologia de trabalho de controle social LGBT, qualificar mais o controle social LGBT no Brasil? É importantíssimo a gente possa realizar, na Câmara Federal, uma Sessão Especial, em homenagem aos 15 anos do Conselho. Então, isso vai fazer com que, no período da manhã ou tarde, a gente tenha que se dirigir até a Câmara Federal. E, a realização da Sessão especial não é só chegar levantar e sair. Ela exige, pelo menos, umas 4 ou 5 horas no Congresso Nacional. Katia, pode ver o apoio do Departamento de Aids que tem recursos pra poder ajudar com algumas passagens, a UNESCO, o UNAIDS. Eles também têm interesse em introduzir a pauta da Aids nas ações de controle social LGBT. A Aids sempre esteve imbricada no controle social LGBT no País. A gente trabalha muito no nosso campo dos Direitos Humanos mas a Aids sempre esteve ali junto com a gente. A Vice Presidenta faz uso da palavra: Então, fica aprovada a data do Seminário para os dias 30 e 31 de agosto. Eu penso que agora temos que pensar um pouco em como vamos construir a proposta de conteúdo do Seminário. Minha sugestão é que seja realizado fora da SDH, se possível, num espaço que seja bem representativo da nossa luta. O Conselheiro Daniel Costa pede a palavra. O Conselheiro faz uso da palavra: Então, na UNB tem muitos coletivos estudantis que são bem progressistas. Mas tem outros lugares também em Ceilândia, Taguatinga. A Vice Presidenta faz uso da palavra: O que a gente está pensando é numa organização Daniel, numa representatividade entendeu? A gente podia articular de repente com o Conselheiro Zezinho, no CNTE o que vocês acham? O Conselheiro Daniel faz uso da palavra: A CUT. A Vice Presidenta faz uso da palavra: A CUT tem o espaço pequeno, eles não vão querer fazer. O Conselheiro Daniel Costa faz uso da palavra: Tem os bancários também que é no final da Asa Sul, tem um espaço grande, dá para articular. Eu conheço a Subsecretaria de Cultura do DF. Tem o Museu da República ou então Biblioteca Nacional, que tem espaço e um auditório bacana que comporta umas 100 pessoas. É mas não sei como está. Se tem ar-condicionado ou não, se tem ou não dá para ver, a gente fez a Conferência temática lá. A Vice Presidente passa a palavra para o Conselheiro Pedro

Saldanha. O Conselheiro faz uso da palavra: Qual o tamanho que vocês querem, porque nós temos um auditório do Ministério do Trabalho e da Previdência Social que cabem 120 pessoas 130. A Vice Presidenta faz uso da palavra: É que eu acho que a gente está querendo nesse momento desvincular, pelo o que estou entendendo é isso? Dos espaços de governo. Conselheiro Daniel Costa faz uso da palavra: Isso, se não a galera vai entrar no Gabinete do Ministro e vai enfiar o dedo na cara dele, é possível. A Vice Presidenta faz uso da palavra: A ideia aqui é fazer numa Organização parceira da nossa luta, mas sem referencial de governo, eu acho que seria isso. Eu Entendi isso. O Conselheiro Daniel Costa faz uso da palavra: Eu entendi isso também, imagina 10 Travestis lá no Gabinete do Ministro? Katia Guimarães faz uso da palavra: Eu acho que o STF é um lugar bem interessante. Conselheiro Daniel Costa faz uso da palavra: É, mas tem que ver essa questão do atendimento, porque eles têm burocracia para entrar no auditório. Para se entrar no STF tem que fazer o credenciamento e também a questão da roupa. Conselheiro Pedro Saldanha faz uso da palavra: Conselheiro Léo, eu concordo com você, acho que essa data posterior, permite uma reflexão num novo contexto que, eu entendo o que a Vice-Presidente quis dizer enfim de antecipar. Seria interessante também, mas acho que o Conselho ganha mais pensando no futuro, na nova conjuntura do que com manifestação. Eu acho que vai acabar sendo pequena no contexto dos debates dos últimos dias. A Vice Presidenta faz uso da palavra: A gente está discutindo a construção do Seminário Nacional de Controle Social LGBT pra celebração dos 15 Anos de existência do Conselho. A proposta é que seja realizado 30 e 31 e que nós tenhamos Conselheiros estaduais do Brasil inteiro. Nós não temos ainda, Conselheiro Pedro, o número exato que a Katia vai nos dar o levantamento do número de Conselhos Estaduais que a gente tem registrados em funcionamento. Isso é importante porque senão o povo aí não sabe, só que a gente teve muitos Estaduais. A gente teve, por exemplo, Conferências realizadas em Defensorias Públicas, em Ministério Público porque não tinha Conselho. Então, a gente precisa fazer essa a partir da Conferência. A partir de dos documentos expedidos pela Conferência que tem aqueles que foram registrados por Conselheiro, por Conselho Estadual. Então aí a gente tem essa leitura. Eu acho também que a gente não deveria fechar. Eu acho que a gente tem que pensar num lugar que a gente possa expedir convites pra quem estiver interessado em participar. Para organizações, principalmente organizações que fique possa vir, pagar sua passagem e que venha. Acho que agora o próximo caminho é a gente pensar no conteúdo do Seminário, a proposta político-pedagógica que a gente quer. Eu estou propondo que a gente apresente nesse Seminário o PPA-2016/2019, para que todos os Conselheiros Estaduais tenham ciência do que foi proposto até a gestão golpista e que a gente também apresente as Resoluções da Conferência. Mas isso articulado com o PPA. Acho que não adianta só apresentar as Resoluções da Conferência sem que isso tenha um orçamento e possibilidade de execução. Então, eu quero colocar essas duas propostas. Acho que é fundamental. Outra é que eu tenho instigado a Câmara onde eu represento a LBL, e eu

sei que a Câmara já está até trabalhando nesse sentido, precisa apresentar um dossiê da violência LGBT no Brasil. O Consultor Cleyton Feitosa faz uso da palavra: O último produto da minha consultoria é a elaboração de um documento que oriente ou que auxilie o Conselho Nacional LGBT a fortalecer mecanismos de participação social. E aí, talvez, acho que nesse Seminário seria interessante pensar numa coisa que tivesse um produto. Elas podem opinar sobre formas de ampliação da participação social e de se aproximar mais do Conselho, de pensar nas Conferências e o que se faz após a realização das Conferências. Enfim, ouvir algum indicativo que possa fortalecer a participação social da população LGBT. A Vice Presidenta faz uso da palavra: E que isso possa ser agregado no produto que tu vai entregar, que é depois de agosto. O consultor Cleyton Feitosa faz uso da palavra: Para além desse produto, mas para o próprio Conselho mesmo receber essa escuta. Para não ter esse sentimento de que o Conselho não me representa, porque eu nunca sei o que acontece no Conselho e eles também nunca me escutam. Então, pensar mesmo que mecanismos a gente tem ou poderia ter e pra fortalecer essa participação. Conselheiro Léo Mendes faz uso da palavra: Minha proposta é que o Seminário seja dividido em três turnos e um dos turnos nós vamos usar as pessoas para ir até o Congresso Nacional na Sessão Especial comemorar os 15 Anos. Então, restariam três turnos, eu dividiria esses três turnos num primeiro: a história desse Conselho, como ele surgiu? o que foi feito desse período pra cá?; em um outro momento, os avanços que nós tivemos. Contar, mais ou menos, o presente, a Conferência, os resultados dela, o Convênio que está sendo feito. E, o momento final, os desafios. Quais são os desafios desse Conselho e dos outros Conselhos para a construção da Democracia no Brasil nos próximos anos? Dentro do primeiro momento uma avaliação da conjuntura, já terá passado o período de votação do impeachment. É importante a gente trazer pessoas para avaliar a conjuntura e como está se dando o processo democrático brasileiro a partir do resultado se der, isso se o STF não interferir e até lá. A votação não vai ser naquele período vai ser mais pra frente ou se os Senadores enlouquecerem, porque tem uns que querem que seja logo depois das Olimpíadas com medo das Olimpíadas esvaziarem a votação, já que os olhares estarão voltados para as Olimpíadas. Se não for no período da Olimpíada, tem o 7 de Setembro. Então, eles estão enrascado com a agenda lá, que não sabe onde enfia essa votação para dar mobilização pró-impeachment e nós vamos estar encrustado no meio de Olimpíada, ou final de Olimpíada. A Vice Presidenta faz uso da palavra: A sua ideia, é ter um primeiro momento histórico com a avaliação da conjuntura e nos outros dois momentos? Conselheiro Léo Mendes faz uso da palavra: Passado, no outro turno presente, e no outro futuro. A Vice Presidenta faz uso da palavra: Mas trabalhando pelos conteúdos que a gente está propondo. Conselheiro Léo Mendes faz uso da palavra: Isso, exatamente. Conselheira Liliane de Oliveira faz uso da palavra: Então, eu acho que nessa parte aqui de apresentação do resultado da Conferência, a gente vai precisar se articular muito bem porque inclusive tem deliberações que divergem uma da outra. Então, a gente precisa analisar isso pra gente

também apresentar isso de uma forma qualificada no Seminário. Eu sugiro que as Câmaras Técnicas, por exemplo, a de Enfretamento à Violência fique responsável pelo Eixo 3, e assim sucessivamente, as Câmaras que tenham mais afinidade com os temas de se debruçar nesse material e também para expor fazer essa exposição no Seminário. Conselheiro Washington Dias faz uso da palavra: No sentido que a Conselheira Liliane estava dizendo, na verdade eu, Conselheira Liliane e o Conselheiro Zezinho estávamos conversando, ontem, e chegamos até dialogar com o Cleyton e Daniel, a gente se colocou à disposição de fazer uma revisão geral, porque a gente acabou identificando alguns erros, alguns equívocos no Relatório, essa questão mesmo de ajuste, erros de nomenclatura e tal e a gente se disponibilizou a fazer isso e sentar um dia com o Cleyton. Em apenas um dia podemos dialogar e só e passar para o Cleyton. A Vice Presidenta faz uso da palavra: Acho que é uma proposta bem interessante. Eu sei que a Conselheira Tathiane colocou a proposição da gente montar uma espécie de Comissão pró-Seminário. Eu acho que é importante que a gente coloque ordem. A equipe da Katia é pequena e acho que é importante, do ponto de vista do fomento mesmo do conteúdo programático do Seminário. E aí a Katia fica mais absorvida na questão operacional e o Conselho fica respondendo pela parte de Programação. Então, assim, acho que a gente pode nesse sentido ter pessoas responsáveis pela questão das Resoluções já acho ótimo. Eu quero convocar a Mesa Diretora para assumir essa Comissão pró-Seminário e os Conselheiros que quiserem podem se juntar a Mesa. A Vice Presidenta faz uso da fala: A Mesa Diretora vai estar responsável pela construção. Mas a gente precisa que os Conselheiros e Conselheiras se agreguem principalmente, na parte do conteúdo. Não vou falar nem da parte programática é do conteúdo mesmo. Essa leitura que o Léo faz de avaliação de conjuntura como nós vamos trabalhar esse referencial? Outra coisa, nós vamos fazer um Seminário como todos e todas? Uma mesa falando não sei quanto tempo, ou nós vamos procurar alternativas? Eu sei que a gente tem Conselheiros e Conselheiras aqui que tem vivências que podem nos ajudar a trazer outra proposição de construção. Nós fizemos um Senalesbi, por exemplo, com 200 pessoas mais de 200, 290 mulheres presentes em roda o tempo inteiro, sem mesa. Um microfone só pra gravação, quando era necessário, acho que a gente precisa pensar um pouco nessa leitura também. A Conselheira Tathiane Aquino faz uso da palavra: Rose, eu queria ter uma proposição. Qual é o universo real, de hoje? Até pra gente saber das pessoas. Lógico que não vai discutir no Seminário que não tem nem tempo, mas só pra gente assim minimizar, qual seria o teto de gente de pessoas pra essa atividade? Pela realidade que nós temos hoje. A Vice Presidenta faz uso da palavra: Então, a gente falou antes, Tathi, que a gente vai usar o seguinte critério: as inscrições na Conferência por Conselho Estadual, por que? A gente tinha um levantamento de Conselhos Estaduais que mudaram em detrimento dos governos derrubarem os Decretos dos Conselhos. Então, a gente teve Conferência realizada em Ministério Público, Defensoria pela sociedade civil. Então, a gente precisa ter essa leitura. A equipe da Katia vai levantar, e a partir disso o que a

gente acordou que solicitar a SDH que traga três pessoas por estado. Esse é o compromisso da Mesa Diretora avaliar e dar uma resolutiva pro Conselho de quantas pessoas. Eu acho que a gente precisava assumir aqui o compromisso com os Conselheiros e Conselheiras de quem vai nos ajudar nessa parte mais de conteúdo, além de pensar nos referenciais e etc., acho que isso é importante. O Conselheiro Washington Dias faz uso da palavra: Eu posso me colocar à disposição. A gente ajudou naquela construção da Conferência e acho que a gente também pode ajudar nesse sentido. Katia Guimarães faz uso da palavra: Na próxima segunda-feira, vou providenciar o levantamento dos recursos com o Frederico e verificar as inscrições para a Conferência, oriundas dos Conselhos Estaduais, ver o somatório disso pra gente ver se conseguiremos fazer o Seminário com um ou dois dias. Conselheira Tathiane Araújo faz uso da palavra: Só para deixar aqui, pode ser que a Rose tenha falado, mas se não falou deixar registrado, a gente decidiu ontem que seria 30 e 31, até para criar um clima favorável porque 31 é dia de audiência na Câmara e, é imprescindível que esses Conselheiros, por mais que a gente falou ser um dia estendendo pra manhã do outro dia, mas para garantir a permanência dele na Sessão que possivelmente será 31 à tarde. Então, os voos não vão onerar se a pessoa ficar mais um dia em Brasília. É só ter sensibilidade. Eu até me proponho a acompanhar isso, de ver os voos a noite para o pessoal poder participar da atividade a tarde pra mim mesma é sempre interessante pra marcar o voo da noite porque não me tira, se vocês quiser ficar aqui até às 18h eu posso porque marcaram mais distante, entendeu, então é essas questões acabam no final, na Conferência você viu a gente administrando conflito toda hora porque marcaram voos pro povo ir antes da Plenária final então assim naquele limite, então é coisas mínimas que ajudam a facilitar a participação, pra gente é importante que os Conselheiros vá na Câmara aprender a fazer também *advocacy*, a gente percebe a incipiência dos Conselhos estarem atuando no Legislativo dos Estados. Eles pensam que é só está ali controlando a Secretaria da política onde o Conselho está. A Vice Presidenta faz uso da palavra: Então, a gente fecha a pauta do Seminário. Já temos quórum, então está aprovado? Construção do Seminário? Sim, solicito que registrem sim. Conselheiro Washington Dias, representante da Rede Afro, sim. Conselheira Tathiane Araújo, REDETRANS, sim. Conselheira Marcelle Esteves, representante da Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL), sim. Liliane Oliveira, representante do CFESS, sim. Conselheiro Lucas Alencar, representante da OAB, sim. Conselheira Marina Reidel, representante da ABEH, sim. Conselheiro Pedro Coutinho, representante da Previdência Social, sim. Conselheiro Cássio Santos, representante da ARTGAY Jovem, sim. Conselheira Chopelly Santos, representante da ANTRA, sim. Conselheiro Carlos Eduardo Soares Martins Pinto, representante do Ministério do Trabalho e Emprego, sim. Conselheira Adrianna Figueiredo, representante do Ministério do Desenvolvimento Social, sim. A Vice Presidenta faz uso da palavra: Aprovado o Seminário em celebração aos 15 anos do Conselho. Passemos para outro ponto. Estávamos dialogando aqui que, antes de fechar o quórum, pensávamos em não fazer a avaliação da

Conferência hoje por conta que ontem a gente trabalhou muito, o dia inteiro, São 14h30min da tarde e a gente precisa pensar o cronograma, com muita tranquilidade, e tem alguns voos hoje que são mais cedo. Então, a gente precisa tentar fechar a nossa reunião, no máximo, até às 16h da tarde se possível. Então, a proposta é ir para o cronograma para conseguir fazer esse fechamento. A Katia precisa apresentar, como vocês viram aqui que o Secretário colocou, uma agenda até Dezembro de 2016. O que eu acordei com a Katia é que a gente vai incluir nessa agenda não só a reunião dos Conselhos, mas aquelas ações LGBT que estão acontecendo no Brasil e que envolve Conselheiros e Conselheiras. Não é apoio à Organização, não é isso. É aquelas demandas as quais os Conselheiros e Conselheiras estão diretamente envolvidos: Visibilidade Lésbica, ações Transexuais, questões que estejam organizadas, enfim para população. Katia Guimarães faz uso da palavra: À vezes, recebemos convites de participação em audiências públicas sobre os nossos temas e a gente não temos como encaminhar porque até agora ficamos com uma agenda vinculada, somente, às reuniões do Conselho. Por exemplo, se alguém do Conselho é convidado a ir numa Audiência importantíssima do Programa Rio sem Homofobia no Rio de Janeiro nós não temos como abrir esse processo porque não previmos. Nós vamos ter um processo que ontem foi colocada que é essa discussão do relatório Sombra e a vinda de um perito da ONU. Pode ser que, em algumas situações, tenhamos que mobilizar as Câmaras Técnicas. Tem processos vinculados à Projetos de Lei que estão no Congresso e que é de interesse do CNCD/ LGBT. Também é o caso do período de abertura para negociação de emendas parlamentares. No ano passado ficou tudo nas costas da Symmy ela fez muito, ela Coordenadora da Política ia pra o Congresso fazer as conversas. O Conselho tem condições de ajudar nisso, Mas como temos uma rubrica específica para essas atividades nos colegiados, ficamos restritos as reuniões ordinárias e extraordinárias. Então, eu vou conversar com o Fred. Nós já conversamos com o Secretário no sentido de fazer essa previsão pra 2017. A Vice Presidenta faz uso da palavra: Então, a gente vai apresentar o cronograma. Já vou adiantar para Katia que a gente já está colocando para o segundo semestre algumas necessidades das Câmaras Técnicas de estarem em Reunião Extraordinária da Câmara Técnica para dar conta, por exemplo: de Legislação e Normas precisa fazer as resoluções. Ontem o Conselheiro Léo sugeriu, na Mesa Diretora, que a Câmara Técnica de Normas e Legislação assuma a responsabilidade de dar pareceres aos Projetos de Lei que tratam da nossa temática. Eu fui a reunião da Câmara Técnica, ontem, assumi a Presidência no lugar do Conselheiro Zezinho que se retirou porque teve que sair para o aeroporto, e já coloquei como prioridade o Decreto do Nome Social. Então, a previsão da Câmara Técnica é se reunir em julho para que a gente tenha, antes agosto, uma Resolução do Conselho sobre o Nome Social e assim seguem-se: tem o Parecer 7582. Então, eu acho que agora é apresentar as propostas, eu não estou com a proposta, alguém está? Então vamos começar pelas Ordinárias, pode ser? Katia Guimarães faz uso da palavra: Faremos, então, uma reunião ordinária em agosto, próximo

ao dia do seminário. Mas o Conselho achou por bem separar o seminário da reunião. Então, a próxima reunião ordinária será na data de 21 e 22/09 setembro. Quando acontece, também, o processo de ródizio da Presidência, Vice Presidência e Câmaras Técnicas, visto que em completa 1 ano da gestão dessa Mesa Diretora. A próxima será nos dias 26 e 27 de outubro; e a última que, sugiro, que poderíamos fazer um tipo planejamento, será nos dias 06 e 07 de dezembro. Podemos, também, no cronograma para o ano de 2017, conforme solicitação da Secretária. A Vice Presidenta faz uso da palavra: Então, a gente está apresentando essas datas. Em algumas Câmaras Técnicas já foram dialogadas. Cabe aqui a gente lembrar que estava na nossa programação no ano de 2016 fazer uma reunião fora de Brasília que foi aprovada. Eu não lembro em qual reunião nossa, mas foi em 2016, que seria no Norte. E, a Mesa Diretora tinha apontado o Amazonas. Então, a gente precisa definir essas datas. Não sei qual é a ordem: se a gente, primeiro, aprova as datas ou faz as considerações, ou se a gente retoma essa questão de fazer no Norte. Então, a gente precisa que ter um pouco dessa leitura para não fugir do que a gente já decidiu, anteriormente. A gente protelou a questão do Norte em função das Conferências. Foi um acordo que a gente fez, inclusive com a própria gestão daquele momento, dada a questão dos recursos. Então, a gente precisa avaliar isso. Como é que a gente vai conduzir essa última reunião. Eu quero sugerir que se isso acontecer, se aprovada, se mantida a reunião no Norte que ela seja em dezembro, por que? Porque 21 e 22 é sequência do Seminário é um momento que a gente precisa avaliar a conjuntura nacional, e como que a gente vai prosseguir. A gente sabe que, dependendo da conjuntura, algumas organizações vão ter que se posicionar no Conselho e 26 e 27 é momento de planejamento do próximo ano. Então, acho que seria interessante a gente garantir a operacionalidade da reunião para construir o planejamento de 2017. Então, eu acho que a gente avalia primeiro se vamos manter a reunião no Norte, pode ser? Uns 10min só de consideração, não precisa? Alguém diverge que a gente realize a última reunião no Norte do Brasil? 6 e 7 de dezembro? Conselheiro Carlos Eduardo Soares Martins Pinto faz uso da palavra: Conselheira, pela questão orçamentária, você acha que isso pode gerar algum empecilho lá na frente? Em cima da hora, essa reunião pode acabar não podendo ser realizada? A Vice Presidenta faz uso da palavra: É, eu tenho preocupações. Eu não conheço o total orçamentário da Secretaria. Mas a partir da leitura que eu faço da Conferência pra cá, eu não creio ainda, em função do próprio Seminário, na minha avaliação, com certeza vai implicar muitos recursos. Porque uma reunião fora gera muito mais custo isso é certo. Katia Guimarães faz uso da palavra: as a gente tem que decidir hoje minha gente porque a ideia é que se compre as passagens todas para as reuniões Ordinárias e as Extraordinárias previstas num bloco só. Vice Presidenta faz uso da palavra: A gente só precisa garantir que seja mantida, é isso? Está mantida no Norte? Sim? Tá, isso digam sim, obrigada, Cássio. Conselheiro Cássio Santos faz uso da palavra: Rose eu gostaria só de fazer uma fala, é o seguinte: a Mesa Diretora tinha definido. Gostaria de solicitar a Mesa Diretora que

repensasse não no Estado do Amazonas, mas gostaria de colocar a minha capital Macapá que fica no Estado do Amapá a disposição pela articulação e ter um Conselheiro nesse Estado que pode articular junto com os Órgãos governamentais, com a Prefeitura, com o Governo com o qual nós temos um bom diálogo, se for o caso. Então, se a gente pudesse fazer, colocar em votação a alteração da cidade gostaria de pedir o apoio dos Companheiros e Conselheiros pra que a gente pudesse realizar a próxima reunião de dezembro no Município de Macapá. A Vice Presidenta faz uso da palavra: Só lembrando que a Mesa Diretora propôs e o Conselho aprovou. Eu não discordo do Conselheiro, porque eu acho que a partir da Conferência o cenário mudou um pouco em relação à região norte isso pra mim ficou bem nítido e acho e concordo plenamente. Conselheiro eu acho que a gente tem que fortalecer o trabalho dos nossos Conselheiros Nacionais dar visibilidade e referência onde a gente tem atuação desse Conselho. Enfim, se está na região eu não tenho objeção, alguém tem contrariedade pública? O Conselheiro Léo Mendes faz uso da palavra: Por que vocês decidiram lá no Amazonas? Não foi a gente que quis. Vocês mandaram o grupo. Eu me lembro da Janaína falando no grupo do Norte e lá vocês mandaram o resultado que o Estado seria o Amazonas. Depois, a gente passa por cima disso aqui e fica como a gente que passou por cima da decisão do grupo do Norte. Eu sou super favorável que seja lá na sua terra, até gosto demais de lá da divisa com a França, mas próximo da Europa que se tem no Brasil. Então, eu acho que você deveria dizer que diante da conjuntura das dificuldades de realizar uma reunião na região Norte, ser pelo menos uns 10 dias para articular com o governo local a gente poderia mudar pra Macapá se algum problema, se não tiver algum problema lá, vamos lá pra Amapá. Agora se criar um distúrbio um tiroteio, morte, tentativa de assassinato, denúncia de homicídio aí deixa quieto a decisão, pode ser? Jogar pra sua mão agora a decisão. Conselheiro Cássio Santos faz uso da palavra: Não, pode ser. Conselheiro Léo Mendes faz uso da palavra: Porque só tem você do Norte. Conselheiro Cássio Santos faz uso da palavra: É só tem eu do Norte. A Vice Presidenta faz uso da palavra: Então tá, a gente não tem muito argumento contrário, porque naquele momento quem defendeu foi a Conselheira Janaína. Então, eu acho que o próprio argumento do Conselheiro Léo já considera a relevância colocada pelo Conselheiro Cássio. Ele é o Conselheiro da Região Norte. Eu não vejo objeção que a gente mantenha na cidade de Macapá, pode ser? Por ordem de inscrição, a Conselheira Marina Reidel faz uso da palavra: Eu queria só propor e sugerir, se fosse possível alterar a data da reunião de setembro para os dias 21, 22 e 23, por conta da eleição. Senão a ABEH não participará desse processo de eleição da Mesa Diretora e nós temos um compromisso, tanto eu quanto o suplente nessa data do 21. Provavelmente eu vou chegar 22 aqui. Então se fosse possível fazer 22 e 23 que é uma quinta e uma sexta e não na quarta e na quinta, mas daí fica a decisão aqui. Conselheira Tathiane Aquino faz uso da palavra: Eu quero relembrar que essa data foi questionada pelo Conselheiro Zezinho, justamente na data que a Marina está pedindo. Vice Presidenta faz uso da palavra: Mas eu

acho que a gente poderia pensar, então. Eu acho que, para feito de Câmara Técnica a gente poderia fazer 19 e 20, então. Eu não me lembro do Conselheiro Zezinho ter restrição a segunda e a terça. Eu acho melhor sempre mais pra frente. Mas considerando duas organizações que terão dificuldade do 21 pra frente, eu agora posso conectar aqui com o Conselheiro Zezinho e ver. Alguém pode falar com o Conselheiro Zezinho? E ver se ele á responde. Conselheiros e Conselheiras essa é uma consideração importante. A Conselheira Chopelly pode por gentileza pegar o microfone, obrigada. A Conselheira Chopelly Santos faz uso da palavra: A gente está avaliando que aqui ficou comprometido o suplente e o titular na agenda da rede ABEH. Lá só está comprometido o titular ou suplente. Eu nem sei o que o Conselheiro Zezinho é, pois é né está comprometido o suplente não é nem o titular, então. A Conselheira Tathiane Aquino faz uso da palavra: Eu tenho outra proposta Katia. Que pra gente não está tendo objeção da data, pra mim não tem problema nessa data. Só que consulte ele para ver se tipo, se ficar até melhor como ela falou para ir pra quinta e pra sexta. Eu lembro que todas as datas tinham o babado do Conselheiro Zezinho um dia antes um dia depois. Vice Presidenta Roselaine Dias: Em princípio, a proposta 21 e 22 é pra gente melhor porque ultrapassa os 12 meses para trocar a gestão. E não jogar pra última semana para não se afastar muito também. Daí já vai dar 10 dias de diferença, dependendo da data até quase 15. Então, essa foi a proposta dessa semana. A gente vai então dialogando sobre as outras e aí a gente vê se tem uma resposta do Conselheiro. Mas a gente vai considerar a fala da Conselheira da ANTRA. O Presidente Paulo Maldos faz uso da palavra: Só em função da colocação do colega, sobre a questão da viabilidade desse encontro no Norte. A sugestão de encaminhamento que, logo a semana que vem, a Katia e o Fred, em reunião com o Secretário Adjunto Silvío podem explicar e defender politicamente. Defender a importância dessa reunião, se preciso for para o Amapá. Ver essa questão de voo e fazer uma defesa e comprometê-lo já com essa viabilização do calendário como um todo, principalmente a reunião no Norte, desde já garantir. A Vice Presidenta faz uso da palavra: Então, outubro alguma restrição? 26 e 27? Tranquilo? O Conselheiro Pedro Mader faz uso da palavra: Katia e Rose, em relação a agosto, precisa pontuar por causa da realização do Seminário, mas e se fizesse na véspera do Seminário a reunião que os Conselheiros já estivessem aqui na véspera para ter mais flexibilidade. A Vice Presidenta faz uso da palavra: A gente propôs inicialmente, mas a avaliação da sociedade civil é que vai ser muito desgastante fazer dois dias de Seminário e linkar com o Conselho. Então, 26 e 27 de outubro, ok? 6 e 7 de dezembro, tranquilo? Então, tá, 6 e 7 de dezembro é uma terça e uma quarta. Aí a gente tem que se deslocar quando? Segunda? Eu e Marina estamos no extremo Sul do Brasil, nós vamos sair sábado, então, 5 e 6, tem problema? Então, a gente tinha pensado, Conselheiro Cássio a gente tinha pensado 7 e 8 só que a Conselheira Tathiane levantou a questão é dia de Oxum de matriz Africana. Então, aí ela tem as responsabilidades de religião e ela considerou que fica difícil, porque como o deslocamento dificulta, 9 e 10 fica dia difícil? Tem uma proposta

de 9 e 10 de dezembro Tathiane, Cássio só para considerar aqui, é porque quem tem se deslocar vai sair muito antes a reunião vai ser 6 e 7 segunda e terça, não dá para sair segunda, é isso? Só para explicitar a Mesa Diretora assumiu não fazer reuniões depois do dia 12 que entra a segunda quinzena, e considerando também o calendário que a gente vai ter de todo mês se deslocar para Brasília para as atividades e ainda considerando as nossas atividades de militância. Então, é essa a nossa preocupação, fechamos então 6 e 7? Ok, então, a gente entra na proposta do calendário das Câmaras e solicito que as Câmaras façam seus relatos de trabalho, Conselheiras e Conselheiros, reladoras e relatores. O Conselheiro Pedro Mader faz uso da palavra: Rose, só pra esclarecimento, as passagens do governo vai sair pela Secretaria ou pelo nossos Ministérios? No caso, pelo meu Ministério vocês encaminham uma solicitação, só para saber como a gente vai fazer. A Vice Presidente faz uso da palavra: A gente considera importantíssima a participação dos Conselheiros governamentais *in loco* nas regiões. Então, retomando, a gente pode começar com a Câmara do Plano Chopelly? Se tem provocação de Reunião Extraordinária e já o relato da Câmara, 10 minutos? Tá obrigada. A Conselheira Chopelly Santos faz uso da palavra: Na nossa Câmara, a gente não tem o relato porque na verdade a gente não teve uma reunião, porque a gente não teve o quórum para fazer a Reunião. Então, a gente foi debater o Plano as ideias de propostas da Câmara se reunir para avaliar um monte de documentos que tem e que já era uma proposta que o Léo mandou por e-mail para Katia que mandou para CNCD também. E, aí eu pus no relatório que compareceram à reunião: o Léo Mendes da ARTGAY, eu pela ANTRA, o companheiro Washington pela REDE AFRO, a Marina pelo Ministério da Saúde e acrescentei a impossibilidade de não ter quórum. A gente não teve como dar encaminhamento ao funcionamento da Câmara. O Léo colocou que consultou primeiro a Câmara, e aí ficou assim, uma Reunião Extraordinária da Câmara para o monitoramento do Plano de Promoção a Cidadania de Direitos Humanos de 25 de julho a 27 de julho. Isso está no seu e-mail tá, estou lendo aqui para compartilhar com os Conselheiros. A reunião da Câmara Técnica do Plano para o monitoramento do Plano PPA LDO 2016-2017, 22 de agosto e 24 de agosto. Uma a cada mês porque é muito documento. Enfim, tem uma planilha para gente otimizar tempo certo? Existe uma planilha que foi encaminhada para o e-mail e daí você pode socializar para os Conselheiros. A nossa ideia é que realmente aconteça. É uma série de documentos não é fácil. A gente sabe que é uma coisa chata. Porém, a gente tem que fazer, tem que ler minuciosamente e catalogar. Então, a gente elaborou essa planilha para socializar com os Companheiros. A gente acha de suma importância para dar andamento, porque só as Reuniões Ordinárias são insuficientes para que a gente responda pelo nível de responsabilidade que foi colocado dentro dessa Câmara. É isso, e aí a gente pode acordar assim, Vice-Presidente, de socializar com todos os companheiros de outras Câmaras. Então, a Reunião da Câmara Técnica do Plano para monitoramento da LOA 2016 será 26 de setembro e 28 de setembro; para o monitoramento da LOA 2017 nos dias 24 de

outubro e 26 de outubro; a elaboração da minuta do Plano Nacional 28 de novembro e 30 de novembro e avaliação dos trabalhos de 2016 e planejamento pra 2017 19 de dezembro a 21 de dezembro. Conselheiro Léo Mendes faz uso da palavra: Ainda com relação a essa Câmara, nós precisamos ver a situação da ABGLT que, pelo regimento, quem falta cinco alternadas está fora do Conselho viu Katia, Rose? E a ABGLT já teve 5 ausências. E, aí nós precisamos saber qual vai ser a, a ABGLT já teve 5 ausências alternadas já não é mais membro desse Conselho não sei, precisa verificar isso aí. Isso tem impactado junto a Câmara Técnica porque a sociedade civil é que sempre tem dado quórum na reunião da Câmara Técnica. Dessa vez não veio a CUT, problema aí de passagem com o Delmiro e o Conselheiro da ABGLT que está lá em Cuba avisou pelo WhatsApp que estava lá em Cuba. E, os de governo, nós vamos ter que rever também porque o Temer extinguiu um punhado de Ministério e lá dentro as pessoas representavam Ministério que existiam aí fundiu o Ministério acabou com o Ministério. Eu não sei como vai ficar essas representações lá dentro agora, se ainda continua as pessoas representando o Ministério que existia na época da Dilma ou se o próprio Ministério da Previdência agora já foi lá pro Ministério da Fazenda, é isso? Conselheiro Pedro Mader faz uso da palavra: É, mas ainda não tem Decreto. Conselheiro Léo Mendes faz uso da palavra: Então houve umas mudanças. Conselheiro Pedro Mader faz uso da palavra: Precisa do Decreto da estrutura, ainda nenhum deles tem estrutura. Conselheiro Léo Mendes faz uso da palavra: Não estou falando de estrutura, eu estou dizendo que extinguiu Ministério, e dentro da Câmara Técnica a pessoa que representa o Ministério tal esse Ministério não existe mais. Esse é o ônus de ter um governo golpista que não discute nada com a sociedade nem com os servidores. Então, o cara vem de cima pra baixo e fala agora reduzir pra 10 e corta isso e corta aquilo e aquilo outro. Mas, não vê as consequências disso pra sociedade. Depois, eu não tenho absolutamente nada continuar tendo representação de Ministério dos Direitos Humanos como se ele existisse o Ministério não sei de o que como se existisse. Mas não existem legalmente. Eles não existem mais e isso impacta no quórum das Câmaras Técnicas. É o trabalho do Conselho, é o controle social e aí nós precisamos avaliar as consequências desse “Decretão” do corte de Ministério e como nós vamos refazer a Câmara daqui até lá. A Vice Presidenta faz uso da palavra: Eu quero garantir a fala do Conselheiro governamental do Ministério do Trabalho e a Conselheira da SPM. Conselheiro Pedro Mader faz uso da palavra: Pois é, em relação a questão da titularidade dos Conselheiros governamental, acho que só depois que sair o Decreto da nova estrutura. Acho que a gente não deveria falar disso agora enquanto não sair. Por mais extintos que estejam os Ministérios, eles ainda funcionam com estrutura antiga. O meu mesmo no governo antigo era Ministério do Trabalho e Previdência. Então, um só onde caberia uma cadeira para cada, desde a Conferência foram as quatro vagas ainda como a estrutura antiga o Ministério. Só funciona quando sai o Decreto. Ainda é o antigo. Então, acho que a gente pode pensar nisso, esperar um pouco mais até para não

ficar mexendo muito nisso. A Conselheira Marcy Picanço faz uso da palavra: Queria perguntar para Katia sobre esse prejuízo das Câmaras, como o Léo colocou, se você poderia mandar um documento para os Órgãos que estão compondo, atualmente, o Conselho, para as chefias e representações dos gabinetes dos Secretários e do Ministro perguntando assim, se ainda estão integrando o Conselho? Lá, na SMP, alguns outros Conselhos que a gente participa, antes de mandar a convocação ligaram perguntando se ainda é, se ainda tá com representação. Até porque também em alguns órgãos teve caso de exonerações dentre as representações do Conselho. Eu, como sou Servidora, como suplente, continuei aqui. Mas acho que é o caso de vocês entrarem em contato com os Órgãos perguntando. Pode ser que em algum Órgão não esteja mais presente no Órgão, nem o titular nem o suplente. Pode ser que isso tenha acontecido, daí tem o prejuízo pra Câmara. Então, podia mandar para os Órgãos só perguntando se ainda integram. A Vice Presidenta faz uso da palavra: Então, eu só quero fazer uma colocação sobre a fala do Léo. Primeiro, ontem depois dos trabalhos das Câmaras Técnicas, eu sentei com a Katia para gente fazer alguns encaminhamentos, entre eles o levantamento de faltas. A Vice-Presidência já percebeu a ausência e a gente tem justificativas. Mas as justificativas são informais por meio de grupo de WhatsApp. A Coordenação do Conselho não tem recebido documento dessa entidade. Enfim, com relação a questão do quórum é muito sério. Então, a Katia vai fazer esse levantamento e a gente vai tomar as medidas cabíveis. Esse é o primeiro ponto sobre as faltas; segundo, essas questões da Secretarias, Léo, acho que tem um outro implicador que é para mim anterior a esse que é a questão do Regimento. Não basta só a gente vir ou não vir. Isso implica na alteração do Regimento. Então, eu quero fazer a seguinte proposta: que a gente faça essa nova leitura em outubro porque a gente tem o processo de recondução em setembro e aí no próximo período de eleição, em outubro, a situação no País, creio eu, tenha sua definição, uma possível estabilidade ou não, e aí a gente tem um período de 90 dias, um pouco mais pra ter uma devolução de como a situação se estabelece. Eu quero propor isso porque isso implica em alteração no Regimento e sinceramente, como Vice-presidência nessa gestão, não gostaria de trabalhar a alteração regimental, até porque eu acho que a Câmara de Normas e Legislação já recebeu ontem uma demanda de pelo menos 6 PL que precisa acompanhar. E, é acompanhar mesmo, não é só fazer a leitura. Enfim, obrigada. Katia mais alguma coisa? A Conselheira Chopelly Santos faz uso da palavra: A gente discutiu o calendário para apresentar no Pleno do Conselho e a gente não pôde discutir nada sobre o Plano porque não teve quórum. A gente está amarrada pelo Regimento. A gente tem que rever primeiro quem faz parte, por exemplo, ir atrás dos Ministérios, saber exatamente quem são as representações, o Ministério do Turismo não foi extinto, mas aí eles têm que mandar outro. A Vice Presidenta faz uso da palavra: Então, eu acho que a proposição do calendário de vocês então ela também pressupõe um outro encaminhamento, que é primeiro fazer o encaminhamento do quórum, não adianta chamar reunião e chegar aqui e não ter quórum

para trabalhar aí é irresponsabilidade pública nossa. A Conselheira Chopelly Santos faz uso da palavra: Licença Rose, lembrando que o companheiro Walmir justificou e ele faz parte da Câmara e o companheiro da ABGLT não justificou. Mas o Walmir teve o problema lá da pendência e aí era uma pessoa a mais que estaria na Câmara e aí era o Walmir o Ministério do Turismo. Conselheiro Washington Dias faz uso da palavra: Planejamento que está aqui é da nossa Câmara, Turismo. A Conselheira Chopelly Santos faz uso da palavra: Do governo só faltou o Turismo mesmo. Vice Presidenta faz uso da palavra: O Conselheiro do Planejamento esteve aqui mais cedo, chegou de manhã comigo, entrou no elevador, entrou na sala comigo e aí a gente colocou a situação do dia, coisa e tal, e aí foi falha nossa mesmo que a gente esqueceu de retomar com ele que voltaríamos a Câmara Técnica no conjunto com a sociedade civil e governo à partir das 15h, 16h. Outras Conselheiras também estiveram: a Adrianna a Marina. Então, a gente também precisa considerar, faltou comunicação entre nós, antes da reunião de ontem Katia, teria que ter comunicado os governamentais quarta-feira, da alteração de horário para não ter esse prejuízo. Daí as pessoas iam ficar aqui esperando duas horas. Daí não acabaram dando conta de suas tarefas. Katia Guimarães faz uso da palavra: Mas é que vocês me retornaram pedindo a reunião da sociedade civil, já tinha ido a programação. A Vice Presidenta faz uso da palavra: Então, a gente pede desculpa para os Conselheiros governamentais. Esperamos que isso não se repita. Conselheira Adrianna Figueiredo faz uso da palavra: Rose só uma questão de ordem. É mais um pedido que a gente, os Conselheiros de Governo, só tiveram ciência dessa reunião na segunda-feira, isso pra gente é complicado porque nós temos outras agendas. Enfim, o horário geralmente é preenchido. Ontem, por exemplo, eu tive que sacrificar uma agenda que eu tinha com a FUNAI e vim pra cá e aí quando chegou aqui na reunião tinha sido marcada para as 14h e aí eu não sabia se a reunião era 16h ou 16h30min. Então, eu queria só pedir por essa atenção pra gente ter um conhecimento anterior da agenda até porque essa é uma agenda prioritária. A Vice Presidenta faz uso da palavra: Essa reunião, só foi para, nós, sociedade civil, considerada terça-feira a partir das 14h, quando eu recebi a ligação do Secretário-Adjunto, dando autorização pra que o sistema emitisse as passagens. Eu recebi minha passagem era quase 20h de terça-feira pra viajar quarta-feira de manhã cedo 6h da manhã. Então, assim, é só pra gente ter ciência de como foi conseguir realizar essa reunião. Então, seguindo eu quero fazer uma proposição para Câmara Técnica de Planejamento do Plano. A Conselheira Liliane e o Conselheiro Washington, Conselheiro Daniel e o Conselheiro Zezinho se propuseram a fazer uma releitura das Resoluções da Conferência. É importante a gente lembrar que o Relatório Final da 3ª Conferência já está no site. Então, já está publicizado. Eu participei da reunião no Conselho Estadual do Mato Grosso do Sul, no 28 de junho, e o pessoal construiu o plano estadual, a partir do que foi aprovado nas Resoluções. Eu quero provocar a Câmara do Plano para que possa esmiuçar o que está nessas Resoluções no Eixo 1, que tem diretamente relação com o Plano, pra gente conseguir fomentar o

monitoramento do PPA. Conselheira Marina Reidel faz uso da palavra: Nós definimos um calendário das agendas extraordinárias. A proposta seria 25 e 26 de julho, dois dias porque a gente tem a proposta aqui de construirmos algumas Resoluções a partir desses que estão tramitando pra derrubar todas as nossas conquistas questão do nome social e etc. Então, nós vamos nos debruçar esses dois dias pra construir essas Resoluções pra depois levar pra discussão no Pleno. E a proposta também do dia 1 de setembro que seria de nós continuarmos aqui, se acontecer o Seminário 30 ou 31. Enfim, a gente continua aqui porque haverá uma audiência com o Paim. Nós vamos marcar uma reunião com o Paim, para discutir uma nova proposta dele de equiparar as questões raciais com a questão LGBT. Parece que em 2013 não havia essa equiparação. A assessora do Gabinete da Deputada Maria do Rosário veio aqui para nos colocar também que a Deputada tem uma proposta de uma Emenda. Mas a gente quer também marcar essa reunião com o Paim no dia 1 de setembro. Nós também vamos pedir a revisão também das pessoas que estão participando das Câmaras Técnicas. Acho que a Katia pode fazer um diagnóstico também da nossa Câmara Técnica, porque agora com o CMP se retirando talvez falte quórum. Ontem a OAB não conseguiu estar. Nós não tínhamos membro da Casa Civil. Se não me engano, o Givanildo, saiu. Então, nós temos também que rever nosso quórum para ver se há a possibilidade de fazer. Mas mesmo assim, a proposta é que a gente faça essas duas agendas fora. A Vice Presidenta faz uso da palavra: Então, a proposta de um projeto de Lei feita pelo Senador Paim de equiparar a Orientação Sexual e Identidade de Gênero na Lei do racismo, eu me preocupei muito por dois motivos: primeiro porque a gente está nesse momento em tramitação o PL 7582 de 2014 da Maria do Rosário que Criminaliza as intolerâncias que foi priorizado Conferência e não como uma decisão do Conselho. A Conferência Nacional aprovou, no Eixo 4, o PL como prioridade no Brasil. Em segundo, já ficou demonstrado uma total falta de diálogo do Gabinete do Senador com as discussões do movimento social, das militâncias LGBT, dos sujeitos LGBT presentes na Conferência. Eu não me lembro e não sei se a Katia teve essa ciência, o Presidente também do Gabinete do Senador ter estado presente na Conferência. Então, acho que a gente precisa ter esse olhar. É uma falta total de diálogo com o Conselho, porque se dialogasse com o Conselho a gente já teria uma devolutiva para dar para o Senador. Em segundo, preocupou também que os dois projetos tratando da nossa temática no Congresso um já é preocupante, complicado, outro no cenário no Senado como está me preocupei muito e imediatamente eu mandei um WhatsApp Deputada Maria do Rosário questionando. Mas eu queria fazer uma leitura, e o Léo Mendes estava comigo daquela gestão, Marina Reidel e Gil que se afastou em nome do CMP e o Daniel também estava pelo FONAJUNE, nós quando trabalhamos o PL 122 com o Senador Paim, que era o Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Eu lembro bem deve tá gravado nas Reuniões, o Senador explicitou, muitas vezes, a fala de que não entendia que a gente não equiparasse Identidade de Gênero e Orientação Sexual com a Lei do Racismo e nós compreendemos

muito bem que naquele momento, pela leitura sociocultural e antropológica da questão racial no País e do povo negro, nós entendíamos que não tinha como equiparar mesmo. E aí me surpreendeu receber isso, enfim, mandei a Assessoria da Rosário imediatamente que fez leitura ao Projeto e já estabeleceu essas articulações. Então eu acho que só considerar na fala da Marina que o movimento não foi do Senador Paim, foi da Senhora Deputada já que o projeto dela tem dois anos e o dele é agora datado de, não me lembro a data que foi ali, maio. É recente, é agora. Então, assim, a gente acha que tem que ter essa leitura, aí a Assessoria veio dar esses encaminhamentos possíveis, o que que a gente já pensou? A gente acordou que a Rosário vai estar no Rio Grande do Sul e já marcou uma conversa com o Paim e vai dar uma leitura de como é que os dois vão trabalhar agora em função desse Projeto e a proposição da Câmara. Acho que foi ótima, tem que sentar mesmo com ele, tem que ver o que ele pensou nessa hora, porque está diferente do que ele pensou há dois anos atrás. As pessoas podem mudar acho que isso é plausível, mas isso muda também o nosso diálogo com outros movimentos. Então, a gente precisa ter essa leitura. Eu quero considerar o que a Conferência propôs. A gente tem que ter um foco e aí a gente precisa ver como a gente vai trabalhar isso ou como. Na verdade, a gente está aguardando o posicionamento pra poder perceber. Eu sei que o PL agora está bem adiantado. É importante que a questão da Câmara Técnica fazer a Resolução é importantíssima. Acho que ao fazer a Resolução a gente tem que, numa dessas agendas de Reunião Extraordinária que marcou, marcar uma agenda com a Deputada através da Comissão ou com a própria Deputada proponente, assim como vai fazer com os outros Projetos, o da Identidade de Gênero do Jean Wyllys e da Érika e entregar a Resolução do Conselho, oficialmente para os e as proponentes. Conselheiro Léo Mendes faz uso da palavra: Com relação a isso, de fato o Paim mudou a estratégia dele. Há dois anos ele dizia que não podia porque o Movimento Negro não aceitava pegar uma Lei que era histórica e acrescentar a questão da homofobia, porque tinha muita homofobia no Movimento, sei lá o que que era. Enfim, um inferno naquela época, com o Senado Federal julgando o mandato de junção equiparando a homofobia ao crime de racismo as coisas mudam, porque se o Senado diz não tem Lei, então, nós vamos usar a Lei do Racismo agora para todo crime de homofobia no Brasil. É um quadro que acho que é o mais rápido na conjuntura que a gente tem dentro do Congresso Nacional. De todo modo, esse Conselho jamais vai poder ser contra qualquer Projeto de Lei que favoreça nossa Comunidade. Então, se ele está querendo beneficiar a Comunidade a gente vai ter que chegar e dizer assim "ok". Porque tem Conselho, por exemplo, lá dentro do CNS tem 30 projetos favoráveis à saúde quase todos falam da mesma coisa e o Conselho, às vezes, apoia os 30 projetos joga em tudo quanto é frente possível, tem um projeto que é prioritário fica lá batendo na tecla 10%, 20% para saúde. Mas tem outros que foca. Agora, o que eu estou entendendo é que a Câmara da Norma precisa ser muito rápida com isso, tem que ter uma pauta na reunião. Não dá mais pra ficar só na unha aqui batendo na reunião do Conselho, falando de agenda de outras

Instituições e esquecendo o olhar pra dentro da sua Câmara. Então a pauta dessa Câmara Técnica são os projetos que estão dentro do Congresso Nacional e no Senado não tem outra pauta, e aí é um por um. Toda reunião dar um informe “e esse aqui como está?” Por que a gente já não tem a Marinete aqui dentro, sem Assessoria Parlamentar. De todo modo, esse Conselho precisa dar um parecer aos projetos que estão lá dentro e para sociedade civil também. A sociedade civil fica o dia inteiro perguntando “Qual é o projeto da criminalização? É esse o 122, ressuscitaram o 122? Enfiaram no Código Penal?” cada um vai dizer uma coisa, se esse Conselho não diz o que pensa, quem é que vai dizer?” Então, acho que a próxima reunião da Câmara de vocês é levantar todos os projetos e começar a dar informes e parecer, inclusive aqui pra dentro. E aí, como a Rose colocou, o começo é urgente, duas prioridades nossa que é a criminalização da LGBTfobia e a Identidade de Gênero. Esses dois tem que vir para o topo esses dois projetos. Os outros precisam ser analisados. Só de projetos contrários a LGBT a gente tem mais de 18 dentro do Congresso. 18 projetos dentro do Congresso contra LGBT. Então precisa trazer esse rol e o Conselho dar um parecer e jogar pra sociedade civil e falar “olha o Congresso está fazendo isso aqui ó minha gente”, impedir doação de sangue, casamento, adoção, nome social e tal, todos esses projetos aqui. E acabar com o Conselho, acabar com a Coordenadoria, acabar com a política LGBT, está tudo lá dentro do Congresso Nacional, nós estamos sabendo mas e a sociedade civil? Muitas vezes, não está nem sabendo do que está rolando lá dentro, o tanto de Feliciano e Bolsonaro. Bolsonaro deu uma quietada agora porque está lá no Supremo Tribunal Federal. Mas baixou as pernas, você não vê o cara mais em lugar nenhum nesse País. E a turma dele também está dentro do armário e eu espero que fique lá no armário, pelo menos mais, um ano até aparecer mais denúncia contra ele. Foi até bom o Supremo dá uma quietada nele, a gente não vê mais falar. Mas ele é um inimigo feroz. Acho que a bancada da bíblia não está atormentando a nossa vida porque deve estar lá em cima do Temer 24 horas enfiando ofício e pedindo pra colocar a Miss Roraima e colocar o Pastor lá não sei de onde. Por isso que eles não estão infernizando a gente lá no Congresso Nacional. Conselheira Marcelle Esteves faz uso da palavra: A Câmara Técnica de Violência tem uma Extraordinária vai ser 21/09, já que setembro a Reunião do CNCD/LGBT vai ser 22 e 23, a gente vai querer uma reunião no dia 21 e 05 de outubro. Então, presente na reunião da Câmara Técnica de Violência estava a Presidente Tathiane (REDETRANS), Marcelle Esteves (ABL), Roselaine Silva (LBL), Liliane (CFESS) e Cássio (ARTGAY JOVEM). Nossas pautas: publicação dos dados da Violência de 2015; Ouvidoria Disque 100; LGBTfobia no Brasil; 3ª Conferência Nacional LGBT; e a PDC 395/2016 Nome Social. Nossos encaminhamentos: solicitar oficialmente, via documento a publicação dos dados de violência de 2015, e uma reunião posterior com a equipe da Ouvidoria dessa Secretaria para apresentar proposições baseadas nas deliberações da 3ª Conferência Nacional LGBT; solicitar uma reunião dessa Câmara Técnica, visando discutir e pautar com organismos internacionais a questão da

LGBTfobia no Brasil; os encaminhamentos do Eixo 3 da 3ª Conferência Nacional LGBT e aí a proposta que essa reunião seja no dia 21 de setembro; apresentar o dossiê simplificado sobre os casos de violação de Direitos Humanos na atividade dos 15 Anos do CNCD/LGBT na Câmara Federal, além de solicitar audiência com a Direção da casa para entrega deste dossiê focando na visão negativa que se encontra o atual parlamento brasileiro em relação aos direitos de pessoas LGBT no Brasil; que o Conselho encaminhe a Câmara documento oficial se posicionando contra a PDC 395/2016 do Nome Social; e a quinta a entrega do dossiê da violência a frente parlamentar e Comissão e Direitos Humanos da Câmara, visando sensibilizar e realizar um *advocacy* positivo instrumentados com o documento. Conselheira Tathiane Aquino faz uso da palavra: Gente, Rose Vice-Presidenta, Presidente e Katia. Gente a Marcelle colocou as coisas ali e eu queria pontuar duas questões do que a gente discutiu lá: primeira Rose, é que a gente se preocupou de colocar as reuniões ao lado das reuniões oficiais para não ter problemas, não ter questionamentos e tentar facilitar. Outra questão é que o ponto que fala ali de reunião com os organismos internacionais, já foi uma discussão que tinha sido feita com a Marylucia, no passado, que a gente entendeu que agora com a vinda do Perito da ONU eu acredito que essa demanda que a gente já tinha se contempla com a vinda desse Perito para gente poder se reunir com ele como Câmara Técnica de Violência e apresentar o que a gente vem conseguindo. E reforçar que, dessa vez, o pedido no encaminhamento faça um documento e notifique a Ouvidoria e passe via e-mail. Não tem como a gente se comprometer e confiar mais, porque falam uma coisa dá um prazo diz que depois da Conferência. Katia Guimarães faz uso da palavra: Foi mandado inclusive, via SEI. Nós entramos em contato com a Ouvidora, por e-mail, foi pedido e a gente entrasse e fizesse um Ofício via SEI, que é um sistema que a gente usa para falar oficialmente uma área com a outra. Nós mandamos. Conselheira Tathiane Aquino faz uso da palavra: Então, eu quero deixar registrado em Ata, como Presidente da Câmara Técnica de Violência, que o trabalho da Ouvidoria está impossibilitando essa Câmara trabalhar. A falta de consistência nas informações que a Irina passou e a falta de se comprometer, de cumprir o que ela pactuou verbalmente que pra gente que se conhece, a gente não precisa está fazendo documento SEI quando se há força de vontade para um ato. A gente se comprometeu, a apresentação vocês lembram, nesse Conselho uma apresentação pobre, esdruxula, no sentido de estar ainda se nomeando pessoas Trans mortas como homossexuais masculinos foi identificado isso lá. Visivelmente foi apontado caminhos de diálogo entre essa Comissão que a gente tem, isso é aqui é broxante essa postura da companheira. Então que fique em Ata e se for necessário além do SEI e da comunicação, dentro da própria Instituição de trabalho, a gente pode fazer como Mesa Diretora do Conselho, um e-mail assinado pelas pessoas porque a gente precisa. Olha que vergonha, a gente trazer os Conselheiros estaduais pra cá dia 31 e não ter lá uma apresentação real dos casos de assassinatos no Brasil. A gente já propôs isso para o dia do Seminário querendo realmente mostrar o serviço dessa Câmara

e dá qualidade ao Seminário, transformar o Seminário num momento rico e que alimente nossos Conselhos Estaduais. Depois que eu virei Conselheira, toda hora eu tenho que ficar dando essa resposta chata, pessoal me liga “Tathi você é Presidente da Câmara Técnica de Violência né, aí eu, você tem os dados de 2015 que você possa me mandar? Que a imprensa tá me procurando, mataram um Gay aqui no interior aqui de Pernambuco, eu não tenho os dados”. Aí eu fico fazendo paliativa, saiu os dados de 2014. Então, assim eu não estou afim de passar essa vergonha, já está registrado que a gente não tá podendo. Essa Câmara ontem se reunindo sobre força de vontade mesmo da gente nesse momento triste a gente disse bem assim, “não gente, a gente vamos ter que arrumar um tempo, vamos trocar e-mails e construir um dossiê até agosto”. Mas pra construir esse dossiê, a gente precisa dos dados, se ela vir com os dados agora, ela passa mais de 15 dias, vai se tornar impossibilitado da gente fazer algo que preste pra se apresentar no Seminário. A gente quer ir lá apresentar o que preste, então a gente se comprometeu a doar tempo da gente, trocar e-mail, ontem a Lili, a Marcelle, a Marcelle até que vai abandonar mas ela colocou que pode contribuir, então a gente não está colocando aqui, é um trabalho da Secretaria, se ainda está trabalhando se está nesse posto tem que ter, eu também sugiro Katia que seja providenciada alguma medida interna. A reunião, a Marcelle explicou, a reunião do dia 05, eu não sei se ficou entendido a gente pretende logo depois do Seminário, depois que tiver o dossiê em mãos provocar um *advocacy*, visitar nossos deputados aliados da frente parlamentar, mapear quais que podem possivelmente aderir a nossa causa e visitar a Comissão de Direitos Humanos. Em um dia entregar esse dossiê em mãos e fazer *advocacy* positivo para se tentar facilitar o andamento da criminalização da LGBTfobia lá. Conselheiro Lucas Alencar faz uso da palavra: Só registrar essa questão de violência que não, os dados que estão faltando não são só 2015, nós estamos nessa cobrança desde 2013, que os dados não são sistematizados e não tem informação em forma de relatório, nós tivemos relatório 2012 e 2013 com os dados dos anos antecedentes e desde então essa cobrança é feita, eu cheguei ao Conselho em 2013 e é feito, assim reiteradamente, nós insistimos para que os dados sejam não só informados como foi nessa reunião que foi referida por Tathi, mas que eles sejam sistematizados e, desde 2013, foi levantado uma questão de metodologia, o Léo deve lembrar bem, nós tivemos discussões sobre metodologia. Enfim, não sei qual é essa dificuldade metodológica tão absurda, eu não sou acadêmico mas deve ter gente habilitada pra isso. Então assim, a gente precisa agora de um relatório trienal que falta, além desses dados é que a gente precise, que a gente tenha em mãos uma sistematização das informações que desde 2013 eles não são sistematizados. A Vice Presidenta faz uso da palavra: Ontem na reunião com o Secretário Adjunto, Conselheira Tathiane, a gente abordou a questão da violência contra a nossa população no País. Não podia negar que a gente não teve respostas efetivas da gestão até aqui. Sabe também que não vai ter respostas nesse governo interino imediatas. Mas a gente tem que chamar atenção pra

LGBTfobia no Brasil, uma das proposições dele foi avaliar com a FLACSO. Vocês viram que ontem saiu o resultado da pesquisa das mortes de crianças e adolescentes no Brasil que foi encomendada pela SDH a pedido do CONANDA. A proposição dele foi tentar fazer uma articulação com a FLACSO e ver como é que a gente articula algum olhar nesse sentido que o Lucas coloca, de maior precisão de melhor qualificação nos dados que a gente tem e, inclusive, ele fez essa fala no sentido de tentar ainda usar algum recurso possível dessa já articulação feita. Foi nesse sentido a fala dele. Além disso, a gente fez uma fala muito incisiva sobre a questão do Disque 100. Está na pauta, eu apresentei para Mesa Diretora a pauta que foi trabalhada com ele, Ouvidoria Dique 100. A gente apresentou os relatos até a Conferência. A gente falou sobre o que se deu na Conferência e a gente abordou de que nós fizemos essa inferência durante toda gestão 2015-2016. É nítido, está nos registros do Conselho, está nas Atas e que a gente imagina que se há uma possibilidade a necessidade de rever esse instrumento. A gente abordou a importância do instrumento, mesmo que tem problemas a gente não diz pra população que não é para ligar. A gente diz que é para ligar Disque 100 sempre. Não teve até agora, nos últimos 3 anos, desde a gestão da Ministra Maria do Rosário, a gente não tem dados no Brasil e é horrível para gente. Eu dei entrevista depois do caso "Orlando" e eu tenho que me reportar, eu não sou acadêmica, mas eu também não falo sobre aquilo que eu não tenho alguma possibilidade de referência. Eu tenho que usar o relatório de 2013 eu não vou usar registro de determinadas Organizações do Brasil. Além disso a gente aportou, a gente indicou para o Secretário Adjunto que a REDE TRANS tem hoje no Brasil um levantamento da mortalidade das mulheres Trans e Travestis, e que a gente precisa usar esse instrumento que já está sendo referenciado internacionalmente para subsidiar. Se a Secretaria diz que não tem, que não pode e que a funcionária não consegue fazer a leitura, que a consultoria não conseguiu dar respostas a gente tem uma Rede que está falando sobre isso, usa-se essa Rede, usa-se esse documento. Então, a gente foi muito enfática sobre essa fala eu tomei pra mim essa abordagem e entendo que a gente tem feito todos os caminhos. Então eu quero solicitar: não basta só isso está na Ata, foi Fevereiro que foi apresentado no Pleno o resultado 2014. Então, ficou muito ruim e a gente fez essa avaliação como a gente estava Pré-Conferência ficou em *stand-by*, mesmo assim o Conselho colocou a proposição no Eixo 3 de que a Ouvidoria apresentasse o seu relato. Enfim, a sua leitura sobre a situação do Brasil durante a Conferência e até agora a gente não tem esses dados. Então eu quero solicitar que oficialize, em nome do Conselho à Secretaria a situação com todas as Atas. Ontem, o Léo me provocou e eu adoro quando o Léo me dá algumas dicas quando ele está "em lua de mel", ele falou e me deu uma boa dica para discutir na minha Câmara a possibilidade desses Convênios que já existe com a UnB trazerem uma qualidade pra isso. Eu acho que pra esse Conselho, o mais importante é a gente não está passando vergonha e não temos um quadro, fala que o Brasil é onde tem um quadro maior de violência LGBT. Ontem mesmo, eu assisti uma reportagem maravilhosa da

TV. Brasil e infelizmente o que “mela” no meio da reportagem é uma Trans que não está muito alimentada de informação e vem dizer que em 19 dias morreram 56 Travestis que estava acontecendo em Janeiro. E isso não é verdade, a gente sabia que não tinha morrido 56 ali. E eu fiz questão de apresentar a Sayonara. Eu disse: mulher tira logo da gaveta esse negócio, o que você precisa para eu ajudar? Eu vou me envolver pra gente começar a catalogar para gente não tá passando vergonha chamando de mortes, dizendo que a gente é vitimista, que não tem nada de qualidade e fica reclamando e, realmente ele pode ter as coisas dele, mas era ele só que fazia, ninguém estava se preocupando. Então, fica usando uma referência que não é qualificada e, eles são uma ONG. Eles não tem estrutura realmente. O GGB tem uma estrutura que conseguiram com luta. Uma Sede boa no Pelourinho, pessoas militantes que estão lá e Luiz Mott que já está aposentado faz a catalogação da forma dele. E se o GGB publica é responsabilidade deles. A gente não pode se prender a isso. O Brasil é muito grande e tem uma militância aguerrida, instrumentos já como esse Conselho. Esse convênio, Rose acho que pode entrar ali como proposta falar que prioridade número 1 é conseguir trazer que o Governo brasileiro apresente a catalogação realista uma catalogação responsável qualificada dos casos de violência e violação de LGBT no Brasil, e a partir daí até rever, conversar, não desfazendo de nada que a Symmy que o Vinicius já produziram, do que já foi apresentado aqui que é muito bom também, mas que a gente coloque como linha de frente como prioridade, até pra execução desse recurso, instrumentar e prazo também que é esse o problema com ela aí “ah depois da Conferência”, e aí a gente fica pedindo, fica ligando, fica atrás e isso se transforma numa coisa sabe. Conselheiro Léo Mendes faz uso da palavra: Esse enrosco não sai nunca do lugar. Lá atrás, a OAB e CFP propuseram a criação de um Comitê Nacional de Combate à LGBTfobia. Esse Comitê faria leitura de todos os dados de violência e produziria relatórios mensais com relação à violência. A ABGLT veio aqui mas queria matar até o Papa mas não queria esse Comitê “porque o Comitê ia substituir o Conselho, porque o Comitê ia acabar com o Conselho, porque tinha que criar era o Conselho que já era plano” virou um inferno isso aqui. Porque o Conselho junto com a ABGLT ficou enchendo o saco dizendo que não era pra fundar esse Comitê. Nós fomos até o Norte, Nordeste todo mundo falou tem que criar a OAB, falando que tinha que criar o CFP os CRP, falando que tinha que criar as ONG, falando que tinha que criar todos, falando que tinha que criar que eles precisavam pegar os dados do Disque 100. O Disque 100 não tem capacidade de produzir relatório que, localmente, eles tinham condições e verificar aqueles dados e de dizer que isso aqui sim foi um assassinato com viés transfóbico, foi assassinato com viés homofóbico. E a diaba da ABGLT aqui o tempo inteiro “não é para fazer, não é para fazer”. Passaram dois, três anos não temos Comitê, não temos relatório, as pessoas não tem aonde se afirmar é o tempo inteiro você abre a mídia “segundo os dados do Grupo Gay da Bahia”, e as pessoas falando que o grupo é misógino, que o grupo não representa. Mas é o que tem pra hoje. Eu acho que nós precisamos

rediscutir a criação dos Comitês, conversar de novo com o CFP com a OAB ver se estão dispostos, nesse momento, da conjuntura em que nós precisamos da criminalização da LGBTfobia com participação ativa da Câmara Técnica da Violência. Esquecer um pouco o Disque 100, porque a Irina já veio cá 200 vezes dizer “nós não pegamos dados de violência. Nós pegamos dados de violação” isso aqui é ponta de iceberg as pessoas ligam pra cá e a gente passa um dado para vocês do que as pessoas ligarem. Isso aqui não significa que foi violência, nós não temos como chegar lá e ficar lá no Estado isso aqui foi, aconteceu ou não aconteceu, as pessoas ligaram pra cá a gente mensurou e falou X pessoas ligaram, X pessoas LGBT. X pessoas não sei o que, pronto e acabou isso não é dado de violência LGBTfóbica, então o que nós precisamos? Ter um Comitê com pessoas lá dentro aqui da Câmara Técnica da Violência, do CFP, da OAB, da ABEH que é uma Instituição acadêmica, se falta isso pra criar um esboço e dizer a partir de agora o Conselho Nacional LGBT vai reconhecer como violência letal porque primeiro nós temos que trabalhar com as mortes depois começar a caminhar com as outras violências porque nós não damos conta de fazer o mundo também. Se a gente desse conta, pelo menos de pegar as 300 assassinados apontados pelo “quem a homofobia matou hoje”. Nós precisamos pegar aqueles dados que ela diz que existe e sentar um grupo e avaliar. Isso aqui realmente nós avaliamos, tem viés homofóbico, tem viés lesbofóbico, tem viés transfóbico e também tem droga e também tem pobreza e também tem questão racial. O Conselho precisa ter um dado seu inclusive é bom pra dar visibilidade para o Conselho porque quando as pessoas forem citar vão citar “de acordo com o Conselho Nacional LGBT foram apurados X crimes com cunho homofóbico”. Agora para montar essa estrutura, Tathiane, tem que ter 6 meses e esquecer a Ouvidoria. E vai concorrer com a Ouvidoria. Ela tem que saber disso. Nós vamos o Conselho vai concorrer com dados da Ouvidoria porque se não quer fazer, não quer passar para gente. Nós vamos ter que fazer nem que se monte um grupo de trabalho lá dentro do seu e passe uma semana aqui pegando tudo quanto é dado assassinato de Trans esse ano e ir parcelando e trazer olha a REDE TRANS misturada com a ANTRA porque trouxeram aqui 50 dados de assassinato e nós sentamos num grupo com representante do CFP, da OAB, e identificamos que esses assassinatos. Não é só REDE TRANS que está falando, o Conselho Nacional está dizendo que são assassinatos de Trans de caráter transfóbico. Agora uma atitude que nós precisamos tomar, não Katia com todo respeito não acredito mais em e-mail pra lá e pra cá porque a companheira não vai se não fez nesses 3 anos não vai fazer em cima da hora. O STF está lá para julgar um mandato de injunção não tem dado nenhum se mandar o Lucas hoje lá conversar com o Ministro do STF ele vai ficar adversando contra um evangélico, isso aí tudo é droga ele não tem dado nenhum para apresentar aqui. O Feliciano disse que os crimes não são de cunho homofóbico, bom isso é um conceito dele. Agora, nós temos o nosso conceito do que é crime pra gente e ali pode ter terrorismo, pode ter conflito de Orientação Sexual. Conflito de caráter LGBTfóbico, até o Presidente dos Estados Unidos reconhece isso, até o

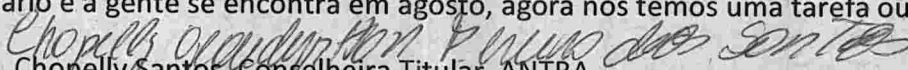
Papa reconheceu, até o golpista aqui reconheceu, não quis falar mas reconheceu, a proposta é que a Câmara Técnica ou ressuscite e sente com a ABGLT porque senão você vai adoecer que nem a gente adoeceu e falar “vocês querem brigar de novo? Vai ter Comitê?” se não tiver vai ter que ter um grupo de trabalho alguém tem que trabalhar e urgente com isso porque nós precisamos dos dados de 2015, 2014, de 2014 pelo menos o mais próximo possível pra gente usar, eu não tenho mais expectativa com a Ouvidoria, eu estou com o Power Point lá, só pra concluir a Assembleia Legislativa de Goiás está aprovando um projeto de Lei contra a LGBTfobia R\$30 mil reais de multa, fui chamado numa audiência um Pastor Deputado virou e falou pra mim assim “o Senhor tem dados aí pra apresentar?” eu dei uma engasgada com a água a água não saía da minha boca de jeito nenhum aí eu falei de acordo com os dados de 2013 que são de 2012 da SDH, “do ano passado do Goiás o Senhor tem alguma coisa pra apresentar?” então fica difícil. Marina Reidel: Eu só queria complementar que uma outra questão que acho interessante é que esses dados da violência quando morre quando a Travesti é assassinada não aparece também no Disque 100 porque ninguém vai lá denunciar que a Travesti foi assassinada por exemplo assim, lá no Estado quando eu recebo que eu recebo as denúncias do Disque 100 que eu encaminho as 8 vítimas de assassinatos que estive no Estado do Rio Grande do Sul este ano até agora nenhum apareceu lá nos dados do Disque 100 então também tem esse detalhe, quer dizer que as vezes a violência, a tentativa, o crime ou alguma coisa mas não aparece a morte em si então também é um dado que fica evasivo e sem contar que as vezes nos Estados são cobrados por exemplo e eu fui chamada esses dias na minha Secretaria porque eu não estava dando respostas ao Disque 100 por conta das violências daí eu disse não mas tudo bem, mas responder pra quem e a quê ? Como eu faço isso? Tanto é que ontem eu peguei a Irina aqui e disse como é que eu faço pra gente mandar as respostas dos casos que eu tenho respostas ou que não tenho no Estado? “Ah manda um ofício”, mas e aí vai colocar aonde? E vai virar em quê? Só pra vocês entenderem que há uma cobrança às vezes daqui para os Estados e pros responsáveis no caso um lance que também não tem uma devolutiva depois, já que até agora não apareceu nenhum dado pra nós pra se mostrar também, era isso. Tathiane Aquino faz uso da palavra: É praticamente o que a Marina falou no início da questão do Disque 100 não ter também essa fundamentação da hora que o assassinato acontece entendeu e complementar o que o Léo falou, mas no sentido que a gente quer os dados de 2014 ou 2015 pode estar marmelado igual o ... de bebê antes de trocar a fralda, mas é necessário pra gente fazer o dossiê e com os dados de 2014 e o dossiê vai falar de outras fontes, o dossiê vai falar da fonte GGB, vai falar da fonte da REDE TRANS, vai buscar se aparecer de outras fontes mas a gente precisa se vai apresentar ter o Conselho provocou e os dados assim, que Conselho é esse dentro dessa estrutura que não consegue fazer com que tudo apresente dados Rose vai ficar vergonhoso pra gente. A proposição da Câmara é exatamente isso, a gente quando discutir quando é, se a gente tem que fazer algo é agora, se vai fazer um Seminário de 15

anos, se o momento é o momento mais crítico, se a situação de mortes tem que aparecer, a Câmara está em consonância com o Conselho e ajudar com que o Seminário seja um momento rico e tenha visibilidade, você sabe que quando a gente anunciar, que vai lá apresentar os dados de morte a violência vai aparecer mais em relação a isso, a gente consegue sensibilizar que os Deputados estejam pelo menos, então é um dos pilares do próprio Seminário entregar isso e a gente ir trabalhar e produzir até agosto. A Vice Presidenta faz uso da palavra: A minha pergunta pra presidência da Câmara Técnica é o Conselheiro Léo Mendes fez uma proposição eu sinceramente acho que nesse momento não cabe a gente pensar em Comitê em função desse momento histórico que a gente pode pensar pra a partir de outubro, Conselheiro Léo, mas penso que a gente pode sim ganhar tempo e propor a construção do GT, a minha pergunta é em concordância se o Conselho concordar né porque vai ter a construção do dossiê e o que a gente faz com o dossiê? Então a gente precisa pensar nisso, eu te pergunto se há concordância com o que o Léo aponta sobre o GT? A Conselheira Tathiane Aquino faz uso da palavra: O GT que é algo que é pra gente vencer esse momento, isso não vai conseguir Léo, porque de qualquer forma precisamos construir isso para a data do nosso Seminário então que a gente encaminhe o pedido e que o GT seja discutido após o Seminário que seja até um ponto da pauta pra discutir na próxima reunião depois do Seminário até com um quadro mais real do que vai acontecer na nação Brasil. A Vice presidenta faz uso da palavra: Como a gente não vai se encontrar em reunião antes do Seminário acho que é importantíssimo Conselheira Tathiane que a gente tenha um prazo anterior pra apresentação do dossiê pros Conselheiros e Conselheiras, 15 dias antes. Uma pergunta já que antes tu pode ter falado e eu não ter prestado atenção, e se os resultados não vierem? Qual é o trabalho? E se não vierem? Conselheira Tathiane Aquino faz uso da palavra: Eu realmente ontem pensei nisso, eu quis botar isso igual eu coloco na minha vida, tem que sair eu acho que não tem possibilidade Roselaine de que, eu quero falar o mínimo possível, mas não tem possibilidade a gente já se angustiou desde que eu cheguei aqui e essa angustia é passada o setor eu não vou falar a pessoa, o setor não apresentou isso acho que deve ter alguma medida interna algo pra isso se transformar se a coisa não for feita se for possível até contatar infelizmente o nosso Secretário e pedir algum documento que ele solicite e talvez isso. A Vice Presidenta faz uso da palavra: A gente já fez isso. Mas Tathi a minha proposição inicial é de que a Katia documente essa nossa solicitação à Secretaria. A Conselheira Tathiane Aquino faz uso da palavra: amos estabelecer, fica sabe num joguinho que a mais assim também sabe Roselaine assim uma coisa de gente que é teimoso eu já percebi entendeu, até por um diálogo que eu tive no passado então é melhor a Katia fazer mesmo sim porque é oficial é um papel de onde o Conselho deve se reportar através da Katia, mas você tomar o pé disso se em 5 dias ela não responder a gente entra em ação direto com quem está aqui na chefia. A Vice Presidenta faz uso da palavra: A gente vai fazer direto com a Secretária. Katia algum outro

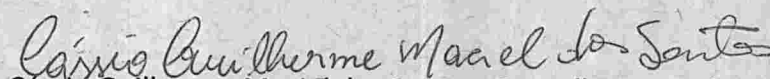
ponto? Não, então algum Conselheiro ou Conselheira tem alguma observação, alguma questão? Não, o Presidente pediu pra passar a fala, eu queria só lembrar os Conselheiros e Conselheiras a gente está vivendo no Brasil algumas artimanhas nacionais que não estão no Congresso mas estão articuladas com o Congresso e um exemplo disso é a Lei da Mordada eu estive no Mato Grosso do Sul pelos 17 de maio estive em duas ações uma na Câmara quando o Prefeito vetou o Projeto da Lei da Mordada e eu achei que foi de uma coragem do Prefeito mesmo sabendo que lá tem uma situação específica enfim que já foi solicitado a cassação do Prefeito etc. e ele foi muito corajoso em fazer isso frente a Câmara teve também enfim uma ala de extensão na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul em função da Lei da Mordada e a gente sabe que em outros Estados no município de Porto Alegre entrou na Câmara dos Vereadores a gente sabe que isso está sendo recorrente então eu queriá só viu Léo Mendes, que os Conselheiros e Conselheiras ficassem atentos e que agente começasse a pensar numa articulação em função desse processo de trabalho por fora do Congresso que é de atingir os Estados e Municípios com a Lei da Mordada acho que a gente precisa estar bem atentos eu tenho recebido como eu sou da área de Educação muito argumento para talvez o Cleyton também acho que é importante a gente socializar e se preparar pra isso é muito sério porque se aprova em dois Estados referência no Brasil vai ser uma situação muito difícil pra gente reverter nos outros então acho que a gente tem que está prestando atenção. Conselheiro Léo Mendes faz uso da palavra: Foi feito a proposta pra Câmara da Normas tirar uma Resolução do CNJ você colocou? A Vice Presidenta faz uso da palavra: Sim, a Marina deu a Resolução, elas vêm dia 25 e 26 de julho no mesmo período que você vem. Conselheiro Léo Mendes faz uso da palavra: Mas eu acho que lá já acabou, como é que se chama quando a gente numa consulta pública demora 30 dias, acabou ontem, restou o nome social no Judiciário. A Vice Presidenta faz uso da palavra: Então Léo a Câmara de Normas e Legislação põe essa data referência porque ontem estava a Assessoria do Gabinete da Deputada Maria do Rosário e já nos deu o retorno de como seria o processo do Legislativo então daria tempo de fazer em julho, por isso que a Câmara vem em julho deixar pronto. Conselheiro Léo Mendes faz uso da palavra: Vai soltar uma Resolução obrigando todo Judiciário brasileiro a respeitar o nome social das Travestis e Transexuais e abrir uma consulta pública aí eu tinha feito a sugestão de que o Conselho participasse dessa consulta pública informando que é muito importante porque a decisão do CNJ vai impactar nas ações de retificação de nome porque muitos Juízes não reconhecem o nome social então se o CNJ reconhece quando a Trans for lá fazer a retificação de nome dela vai ficar muito mais fácil no Brasil como aconteceu com a união estável, agora eu não sei como ficou a consulta deles mas mesmo passado do prazo da consulta pública acho que é importante a Câmara Técnica encaminhar para o CNJ um parecer sobre a importância dessa decisão do Judiciário Brasileiro de assimilar o nome social das Trans em todo o poder Judiciário Brasileiro. Conselheira Chopelly Santos faz uso da palavra: Acho interessante porque a gente

está com muito problema em alguns Estados do Brasil em relação ao Decreto do nome social porque todos os Estados assim como o Decreto nacional saiu, todos os Estados não desculpa, mas a maioria dos Estados fala que a gente só pode usar o nome social no âmbito do serviço público o Estado de Pernambuco é mais restrito por exemplo só as funcionárias públicas Trans que podem ter o nome social reconhecido e aí a gente cataloga só em Recife região metropolitana tem 5 funcionárias públicas Trans então assim isso está virando um bolo de neve e o Estados estão, com excessão do Piauí e o Rio Grande do Sul se tiver outro que desconheço que tem a questão do Decreto da Lei que cria a carteira do nome social que vale em âmbito resolve o problema os outros Estados a mesma coisa fazendo o nome social no âmbito público e isso não resolve, na maioria da população de Travestis que estão nos Estados que acabam sendo desamparadas pela Lei. Presidente Paulo Maldos faz uso da palavra: Na verdade é uma fala assim de despedida, mas eu queria primeiro “Fora Temer” dizer que a campanha pela volta da Dilma já está faltando só uns R\$10 mil reais pra chegar R\$500 mil então daqui a pouco a gente vai cumprir a meta que seria pra agosto, mas é o seguinte a Secretária Flávia Piovesan veio pra cá convidada como Ministra né, então ela veio falando de mulheres, igualdade racial em poucos dias estava falando só sobre Direitos Humanos que se deu conta que não veio convidada pra ser Ministra mas pra ser Secretária no âmbito do Ministério da Justiça então com o passar do tempo ela começou a falar de temas como criança e adolescente, pessoa com deficiência mas daí a pouco ela se dando conta que não podia só falar desses temas que também iam para outras áreas do governo dentro do Ministério da Justiça e tal, e agora ela fala só sobre os temas da minha Secretaria eu sou na verdade Ministro também e agora tá perdendo temas da minha Secretaria então a Secretaria que ela vai ser a Secretária é uma Secretaria minha esvaziada então o programa de proteção à testemunhas tudo indica que vá pra outra área no MJ e assim outros temas estão com perspectivas de saírem então nesse contexto, três temas a gente nota que estão se destacando talvez ela vá procurar se apoiar pra ter legitimidade ter protagonismo que é LGBT, Educação em Direitos Humanos e Programa Defensores tudo indica que esses serão três temas digamos que ela vai se apoiar e nisso então vem a ansiedade da interlocução com vocês de ter uma relação com vocês buscando ter uma boa relação então acho que aí fica um desafio importante que é como vocês fazerem uma interlocução com ela e com o Secretário Silvio os dois tem experiência em Direitos Humanos em que se procure garantir direitos mas também sem manear na crítica aos setores que constroem uma sustentação política a esse governo e que são contra a agenda né, e ela já sentiu na pele quando em Genebra duas semanas atrás três semanas ela deu uma declaração a BBC criticando o Congresso dizendo que o foco do retrocesso do Brasil no Congresso né, e ela foi proibida de falar pra imprensa internacional durante um tempo porque fez essa crítica então a relação com o Congresso não pode ser reduzida porque baixar o fogo aí com eles é eles devorarem a gente então eu acho que aí fica um desafio grande de fazer o diálogo com eles com a

Secretária Flávia com o Secretário Silvio que querem me parece de forma assim honesta manter as conquistas, mas também não baixar a guarda com relação aos inimigos que estão lá eles não baixam a guarda eles estão sempre muito ativos e muito violentos, e uma outra coisa acho que nesse contexto seria assim um apelo de vocês manterem essa generosidade no sentido do olhas para bases de vocês que estão sofrendo muito sofrendo cada vez mais a violência contra Trans e Travestis volto a dizer todos sabemos recrudesce, aumenta e se aprofunda e a LGBTfobia também nesse âmbito então não deixar de ter esse olhar generoso com relação a essas bases e com relação também aos outros setores que são vulneráveis no nosso País e sofrem também com a violência social são discriminados são explorados né e por fim dizer que a partir desse último debate aqui se tudo der certo a gente chegar no Conselho Federal de Psicologia me coloco desde já a disposição pra gente construir talvez por toda estrutura do Conselho de construir talvez um Seminário ou algo assim LGBTfobia e violência e sociedade e tal e um Seminário que fosse discutir estratégias de combate a essa violência aí partindo do acúmulo que se tem que está aí patinando e fundamentalmente fazer parceria com vocês pra tentar fazer com que essa questão da identificação da violência e do combate a violência possa entrar como definitivamente coloco a disposição, acho que a gente tem chance que a única chapa de esquerda são quatro, três de direita e incluindo uma evangélica estão muito divididos então a gente tem chance de vencer, então eu queria agradecer mais uma vez vocês e seguimos na luta aqui no Conselho e qualquer lugar. Vice Presidenta faz uso da palavra: Obrigada, então com a fala do Presidente a gente encerra a Reunião Plenária do Conselho, bom retorno cada um e cada uma têm suas tarefas até o Seminário e a gente se encontra em agosto, agora nós temos uma tarefa outra.


Chopelly Santos, Conselheira Titular, ANTRA.

Washington Luiz Santos do Nascimento Dias, Conselheiro Titular, REDE AFRO.


Cássio Guilherme Maciel dos Santos, Conselheiro Titular, ARTGAY JOVEM.

Roselaine Dias da Silva, Conselheira Titular, LBL.



Givanilde de Jesus Santos (Gil Santos), Conselheiro Titular, CMP.

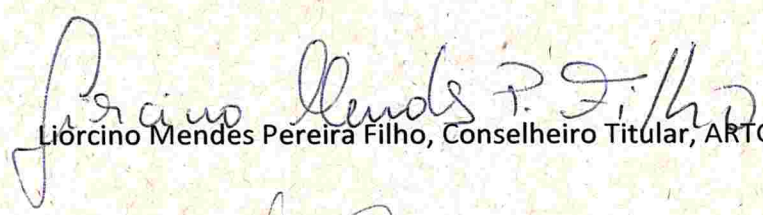

Tathiane Aquino de Araújo, Conselheira Titular, REDE TRANS.

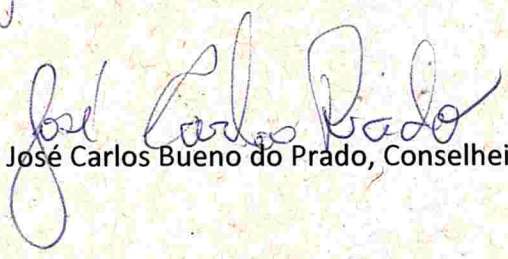

Marina Redeil, Conselheira Titular, ABEH.


Liliane de Oliveira Caetano, Conselheira Titular, CFESS.


Lucas de Alencar Oliveira, Conselheiro Titular, OAB.


Daniel de Jesus dos Santos Costa, Conselheiro Suplente, FONAJUNE.


Liércio Mendes Pereira Filho, Conselheiro Titular, ARTGAY.


José Carlos Bueno do Prado, Conselheiros Titular, CNTE

Marcy Picanço de Figueiredo, Conselheira Suplente, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres.

Rogério Franco, Conselheiro Titular, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Marina Marinho, Conselheira Titular, Ministério da Saúde.

Pedro Coutinho, Conselheiro Titular, Ministério do Trabalho e Previdência Social.

